

Ano III - V. 3, n. 1 — jan./dez. 2025



PUB

Uma publicação do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

ISSN 3085-900X

SUMÁRIO

<u>Apresentação</u>	3
<u>Palestra</u>	5
<u>Saudações amazônicas: cultura, direitos humanos e resistência no Brasil em retrocesso –Márcio Souza</u>	7
<u>Colaboração especial</u>	12
<u>Interesses, imagens e segurança pública: a chacina de 29 de outubro e o apoio dos subalternos –Máximo Masson</u>	13
<u>Seleção do blog</u>	23
<u>As duras missões de um papa - Bernardo Lins</u>	24
<u>Inglórios gerais - Carlos Marés</u>	26
<u>Ver no escuro - Flávia D’Urso</u>	29
<u>Narrativas do Antropoceno</u>	31
<u>Ecocrítica, identidade e literatura do Sul: entrevista com Zélia Bora - Zélia Bora é entrevistada por Guilherme Purvin, Sheila Pitombeira e Rui G. Vianna</u>	32
<u>Diálogos com Bulgákov</u>	37
<u>O diabo no meio das ruas de Moscou, em meio ao <i>redemunho</i> stalinista – Guilherme Purvin</u>	38
<u>Literatura e Medicina – Bulgákov e Guimarães Rosa - Rui G. Vianna</u>	41
<u>A força da história no realismo mágico - Márcia Semer</u>	43
<u>Expediente</u>	46

APRESENTAÇÃO

A **PUB** nasceu, em sua primeira edição impressa, em 2016, como iniciativa voltada a preservar e ampliar a tradição literária e cultural no universo jurídico, reunindo textos, memórias, crônicas, poemas, entrevistas e reflexões capazes de mostrar que o Direito não se esgota na técnica, na norma ou no processo. Foram lançadas apenas duas edições impressas, em 2016 e 2017, mas o projeto não se interrompeu: a partir de 2018, prosseguiu na forma de blog, no endereço www.revistapub.org, cuja primeira entrada, intitulada “Vergonha!”, do músico Flo Menezes, foi publicada em 14 de novembro daquele ano. Até 31 de dezembro de 2025, a **PUB** reuniu aproximadamente 770 publicações, entre artigos, crônicas, ensaios, poemas, entrevistas e textos de intervenção cultural.

Em novembro de 2021, o projeto também se desdobrou no podcast **Narrativas do Antropoceno**, que, até outubro de 2025, somava 41 episódios, disponíveis nas plataformas de streaming. O blog e o podcast permanecem ativos. A revista **PUB**, agora devidamente registrada no ISSN, retoma sua forma editorial como espaço mais permanente de recolha, organização e preservação das principais publicações do blog, bem como de transcrições selecionadas de palestras, entrevistas, debates e episódios do podcast — registros vivos que não devem ficar confinados a plataformas efêmeras.

Durante o período de interrupção da revista impressa, a **Revista de Direito e Política - RDP**, que, entre 2019, com o volume 24, e 2024, com o volume 36, vinha suprindo parcialmente a lacuna deixada pela **PUB**, publicou algumas das colaborações originalmente destinadas ao blog. Essa função transitória deixa de ocorrer a partir de 2025, quando a **RDP** reassume com maior rigor seu caráter acadêmico e científico. Nesse novo arranjo editorial, além de uma seleção de textos publicados no blog, a **PUB** passa também a acolher artigos inéditos, de maior fôlego, especialmente aqueles que, por seu caráter ensaístico, interdisciplinar, literário, cultural ou humanístico, se ajustam melhor ao seu escopo editorial do que ao da **RDP**.

A linha editorial que nos orientou desde o início permanece preservada: a interdisciplinaridade como método e, como horizonte, a promoção dos direitos humanos, da democracia, do anticolonialismo e da ecologia, com vistas ao aperfeiçoamento cultural dos leitores. Sem abandonar sua origem, a revista passa a se dirigir também a todos os interessados nas interfaces entre literatura, direito, cultura, história, democracia, ecologia e vida pública, com a participação de professores, pesquisadores, artistas e profissionais de áreas como Letras, Geografia, História, Sociologia, Literatura, Ecologia, Música, Engenharia, entre outras. São valores que o tempo não desgasta; ao contrário, a pressão que sobre eles se exerce apenas reafirma a necessidade de espaços como este.

Esta edição de retomada é também uma homenagem póstuma a **Márcio Souza**, grande escritor e amigo do **IBAP**, que nos deixou em 12 de agosto de 2024, aos 78 anos, exatos três anos após haver nos brindado com a palestra que abre estas páginas. Márcio Souza já estivera presente nos I Diálogos Interdisciplinares, em 2019, no Centro Universitário Maria Antonia, da USP, em evento que homenageou Ignácio de Loyola Brandão e contou também com João

Silvério Trevisan, Dalmo Dallari e outros grandes nomes da literatura, letras e direito. Sua ligação conosco era a de quem compartilhava, de forma genuína e constante, os valores que esta instituição procura encarnar.

O número compõe-se ainda de colaborações selecionadas do blog; de artigo inédito de Máximo Augusto de Campos Masson, sobre as ações policiais de 28 de outubro de 2025 no Rio de Janeiro e da transcrição de entrevista com Zélia Bora, concedida a Guilherme José Purvin de Figueiredo, Rui Guimarães Vianna e Sheila Pitombeira.

Por fim, a edição reúne três breves textos, nos quais Mikhail Bulgákov aparece em diálogo com diferentes tradições literárias. O dossiê aproxima leituras de Márcia Semer, Guilherme Purvin e Rui Vianna sobre o autor de *O Mestre e Margarida*, relacionando-o ao realismo mágico, a Eça de Queirós, a Guimarães Rosa e à experiência histórica da literatura russa no século XX.

PALESTRA

A palestra que se transcreve a seguir foi proferida por Márcio Souza, em 13 de agosto de 2021, no encerramento do 25º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública, realizado conjuntamente com os IV Diálogos Interdisciplinares da revista PUB, naquele ano dedicados ao filósofo Alaôr Caffé Alves e ao próprio escritor amazonense. O encontro teve como tema “Cultura e Direitos Humanos”.

Márcio Souza, falecido em 12 de agosto de 2024, aos 78 anos, foi um dos grandes nomes da literatura amazônica e brasileira. Romancista, dramaturgo, ensaísta, cineasta e jornalista, nasceu em Manaus, cidade que amou e interpretou como poucos. Sua obra fez da Amazônia não um cenário exótico, mas um centro de interpretação histórica, política e cultural do país. Entre seus títulos mais marcantes estão *Galvez: Imperador do Acre* (1976), *Mad Maria* (1980), *A Resistível Ascensão do Boto Tucuxi*, *A Ordem do Dia*, *Operação Silêncio*, *O Fim do Terceiro Mundo* e *Breve História da Amazônia*. Publicou ainda, como dramaturgo e ensaísta, *O palco verde*, *A expressão amazonense*, *Teatro indígena do Amazonas* e *Amazônia indígena*. Nos últimos anos, trabalhava na tetralogia *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*, da qual foram publicados *Lealdade*, *Desordem e Revolta*; o quarto volume, *Derrota*, não chegou a ser concluído.

Antes de se firmar como romancista, Márcio Souza atuou na crítica cinematográfica em jornais de Manaus. Em 1970, escreveu e dirigiu *A Selva*, longa-metragem baseado no romance homônimo de Ferreira de Castro, sobre a dura realidade dos trabalhadores da borracha nos seringais amazônicos, inscrevendo-se entre os pioneiros do cinema amazonense.

Sua relação com o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública não era meramente protocolar. Márcio já estivera presente nos I Diálogos Interdisciplinares da revista PUB, em 2019, evento realizado no Centro Universitário Maria Antonia, da USP, em homenagem a Ignácio de Loyola Brandão, com a participação de João Silvério Trevisan, Manuel Herzog e professores de literatura, letras e direito.

Márcio Souza nunca cedeu à tentação fácil de retratar a Amazônia pelo viés do pitoresco. É ilustrativa certa passagem de *Galvez: Imperador do Acre*, em que o protagonista afirma:

“Estou prisioneiro de uma paisagem. A praia era a terra de ninguém, e comecei a pensar no desafio que aquela paisagem devia representar para a literatura. Ora, vejam como eu era civilizado. Eu estava abandonado na selva e pensava em problemas literários, problemas que, por sinal, ainda não consegui superar. Sei apenas que a preocupação com a natureza elimina a personagem humana, e a paisagem amazônica é tão complicada em seus detalhes que logo somos induzidos a vitimá-la com alguns adjetivos sonoros, abatendo o real em sua grandeza.”

Na palestra de encerramento do congresso, Márcio Souza falou sobre o momento dramático que o Brasil atravessava, em particular a Amazônia: os crimes cometidos contra o povo de Manaus durante a pandemia, os atentados contra os povos indígenas, a grilagem e a

violência na floresta, frequentemente protegidas pelo governo federal então em exercício. Transcrita aqui pela primeira vez, sua fala conserva a força crítica de quem recusou, até o fim, qualquer acomodação diante da barbárie.

SAUDAÇÕES AMAZÔNICAS: CULTURA, DIREITOS HUMANOS E RESISTÊNCIA NO BRASIL EM RETROCESSO

Guilherme José Purvin de Figueiredo: Bom, então nós estamos aqui com a mesa de encerramento do nosso congresso, com a palestra que vamos ouvir do escritor Márcio Souza. O Márcio já nos deu a honra, há quatro anos, de participar de um congresso do IBAP que foi realizado no Centro Universitário Maria Antonia, a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Foi muito bom aquele encontro. Foram os primeiros Diálogos Interdisciplinares, e, na ocasião, o homenageado foi o escritor Ignácio de Loyola Brandão. Tivemos a participação do Márcio, do próprio Ignácio de Loyola no encerramento, também do João Silvério Trevisan, de Manuel Herzog e de professores de literatura, de letras e de direito, que são basicamente os integrantes do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. Então, no nosso vigésimo quinto congresso, com o tema “Cultura e Direitos Humanos”, prestamos homenagem ao filósofo e jurista Alaôr Caffé Alves, que fez a palestra de abertura, e ao romancista, dramaturgo, escritor e também cineasta Márcio Souza. Tivemos ontem a palestra do Daniel Munduruku, que foi muito instigante, neste mesmo horário. E agora temos o nosso querido Márcio de Souza. Eu já disse, quando o conheci pessoalmente há quatro anos, da emoção que a gente sente ao encontrar um ídolo da adolescência. Quando eu tinha 17, 18 anos, lia a revista *Escrita*, do Wladyr Nader, e o suplemento *Ficções*, que vendia em banca de jornal. Foi a partir da revista *Escrita* que conheci a literatura do Márcio: *Galvez*, *Imperador do Acre* e depois o folhetim que saiu na *Folha de S. Paulo* e que depois veio a ser publicado em livro, *A Resistível Ascensão do Boto Tucuxi*.

O Márcio é um ícone. Pessoalmente, eu o considero o maior escritor vivo do país. E é uma pessoa extremamente generosa e coerente politicamente ao longo de toda a sua vida. Ele aceitou dar a nossa palestra de encerramento e ser o nosso homenageado. Então, passo a palavra ao Márcio para a sua palestra. Está com a palavra, Márcio, por favor.

Márcio Souza: Bom, primeiro quero agradecer ao Guilherme e dizer da minha alegria e da honra de hoje estar conversando com esse grupo de advogados, de juristas, de intelectuais. Também quero dizer que, naquele momento em que participamos do encontro na Maria Antonia, além da emoção de retornar à minha faculdade e vê-la restaurada, salva do incêndio, houve também a alegria de reencontrar amigos, não só amigos, mas meu irmão Ignácio de Loyola Brandão, que é um dos grandes escritores brasileiros, o João Silvério Trevisan e tantos outros com quem convivemos naquele momento.

Curiosamente, não podíamos imaginar que anos depois estaríamos conversando aqui por meio da tecnologia, que é um avanço civilizatório — poder fazer esse contato à distância —, mas ao mesmo tempo num momento de tanto atraso, de tanto retrocesso que estamos vendo, de tantas ameaças ao Estado de Direito e ao processo democrático.

Mas o Brasil já está calejado. Não vou usar aquela palavra de ordem dos anarquistas espanhóis, “*não passarão*”, porque isso acaba passando mesmo. Mas tenho certeza de que eles não serão vitoriosos.

As consequências desses dois anos de loucura, de desarranjo da estrutura de Estado, são evidentes, especialmente na agressão aos povos originários, aos índios, na ascensão do racismo e na construção de um discurso que tenta explicar e tornar naturais as brutalidades que assistimos diariamente.

Parece que esse segmento do retrocesso, da sociedade brasileira do retrocesso, odeia a cultura. A primeira coisa que eles fazem, como fizeram no governo Collor, é destruir o aparato cultural, a estrutura cultural do país.

Conseguimos reconstruir esse aparato cultural ao longo dos governos do presidente Itamar Franco, do presidente Fernando Henrique Cardoso e especialmente do presidente Lula. Ainda não tínhamos uma estrutura que conseguisse dar o recado da imensidão e da força criativa do povo brasileiro, mas já era uma estrutura que chegava a todos os pontos do país.

Infelizmente, hoje vemos essa estrutura totalmente destruída ou em frangalhos. E vemos pela frente um enorme trabalho de reconstrução e de avanço da cultura. O povo brasileiro, os políticos, os progressistas já estão se preparando para que, no momento do retorno da democracia efetiva ao nosso país, possamos fazer esse trabalho de restauro, de reconstrução, ainda mais democrático do que se tentou fazer antes, ainda mais enraizado no território brasileiro.

Hoje eu gostaria de abordar dois aspectos. Um deles é um aspecto cultural referente à Amazônia, porque, entre as regiões mais brutalizadas, sobretudo com esse regime atual, com esse desgoverno absurdo, tem sido a região Norte. Mas isso já vem de algum tempo.

O estado do Amazonas, como ele é um arquipélago, não tem terras contínuas como o Pará, Rondônia ou Acre. Por isso demorou um pouco mais a sofrer o avanço desses grileiros, desses aventureiros de origem sulista, especialmente paranaenses.

Há cerca de vinte anos começou a invasão do estado do Amazonas, já que o Pará praticamente foi retalhado e desmembrado. O sul do Pará praticamente não é mais uma região amazônica; virou savana ou deserto. O sul do Amazonas começou a ser invadido por grileiros que vinham do município de Aripuanã, no Mato Grosso, e invadiram o município de Novo Aripuanã, na fronteira com Mato Grosso.

Eles penetraram com suas motosserras, mas não só isso: grilaram terras tradicionais. Ali havia lavradores antigos, ribeirinhos, descendentes de povos tradicionais, para os quais a propriedade privada nunca foi prioridade. Esses invasores começaram a promover atrocidades: assassinatos, ocupação de terras.

Na época, o governo do estado do Amazonas, chefiado por Eduardo Braga, mandou a Polícia Militar intervir nessa região sul. Fizeram várias prisões desses grileiros, desses invasores, desses criminosos, que foram levados para a capital, onde sofreram processos criminais e prisão.

Para nossa surpresa, o governo federal mandou que o Estado do Amazonas retirasse as tropas da Polícia Militar, sob o argumento de que, por se tratar de área de fronteira, a questão seria de competência federal, em função da legislação de segurança nacional. O governo federal, porém, nada fez. Ampliaram-se as invasões, o desmatamento. Algumas ONGs

tentaram estar presentes, mas, além de denunciar, também não tinham uma atuação mais eficaz.

Só que aquilo que, para nós, era motivo de denúncia, de mobilização e de pressão acabou se tornando a norma no governo Bolsonaro. Hoje a Amazônia teve até um ministro do Meio Ambiente que não gostava de ver floresta.

Mas eu não estou aqui defendendo a floresta de forma irracional. O que está acontecendo hoje na Amazônia, além da agressão aos povos originários — como ocorreu ainda recentemente, com grupos de garimpeiros vindos do sul do Brasil em aviões fretados em Roraima, que agrediram a tiros de metralhadora algumas aldeias yanomami —, tudo isso remete àquela região já contestada há muito tempo por esses grileiros.

Houve também a tentativa de expulsão dessas etnias, que foi barrada pelo Supremo Tribunal Federal. Lembro que o general Heleno, quando era comandante militar da Amazônia, era favorável aos arroteiros, dirigidos por um ex torturador do Paraná. Tanto que, aqui, no movimento de defesa da Amazônia, o general Heleno foi apelidado de Heleno de Troia, porque dizia que os índios estavam ali querendo entregar os territórios brasileiros para as ONGs e para os estrangeiros, quando, na verdade, as fronteiras hoje são muito mais guardadas pelos índios, pelas populações originárias, especialmente na tríplice fronteira, onde elas mantêm rádios e denunciam qualquer tentativa de invasão por madeireiros ilegais.

Essa é uma situação estapafúrdia para nós porque já vem de muito tempo. Parece uma herança dos bandeirantes, uma herança da administração imperial.

No governo da presidente Dilma Rousseff, foi criado em Manaus um centro de tecnologia da biodiversidade amazônica. Foi uma grande festa, uma grande esperança. Há um prédio moderníssimo, com equipamentos avançados para que cientistas pudessem fazer um levantamento realmente nacional das riquezas escondidas pela floresta amazônica.

Infelizmente, vários órgãos federais se digladiaram para tomar conta desse prédio, dessa instituição, e ela está fechada até hoje. Tenho a impressão de que, no dia em que abrirem as portas, aquele equipamento já terá sido devorado pela nossa própria biodiversidade.

Isso é muito grave. Vou citar dois exemplos da contribuição da Amazônia e dos povos originários para a medicina e para a indústria farmacêutica mundial.

Primeiro: até o final do século XIX e início do século XX, praticamente não existia anestesia para certas cirurgias. Ou se dava uma porretada na cabeça do paciente, ou se dava um porre, e então se fazia a amputação. Isso foi recorrente durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos e durante a Primeira Guerra Mundial.

Depois, um cientista descobriu o *curare*, um veneno utilizado pelos índios não para matar a caça de imediato, mas para fazer com que o animal caísse. A partir do curare, trabalhado por cientistas americanos e europeus, desenvolveram-se anestésicos que hoje a medicina utiliza.

Anos depois, um etnobotânico norte-americano pesquisava na floresta tropical úmida da Costa do Marfim, que é uma espécie de versão africana da floresta tropical amazônica. Quando os continentes se separaram, parte dessa floresta ficou na África e outra parte veio para a América do Sul.

Esse pesquisador descobriu uma planta que, pelos seus componentes químicos, poderia servir para a produção de betabloqueadores, que então não existiam. Pessoas com arritmia comumente morriam. Ele levou o material para os Estados Unidos, estudou, processou, mas não deu certo. Frustrado, voltou a pesquisar, dessa vez na Amazônia peruana. Lá encontrou

a mesma planta. Ficou entusiasmado e conversou com um pajé. O pajé então lhe disse: “Sabe por que não deu certo? Porque você esqueceu que há uma formiga que vive nas raízes dessa planta. É a simbiose dessa formiga com a planta que produz o efeito medicinal.”

Ele colheu novamente a planta, pagou sessenta dólares ao pajé para embalar e despachar o material. Hoje, a indústria farmacêutica lucra bilhões com esse betabloqueador, enquanto o pajé recebeu sessenta dólares.

Isso é apenas um trabalho feito por um etnobotânico. Outro etnobotânico, na primeira década dos anos 1950, também fez um levantamento importante da diversidade botânica. Mas, fora isso, nós não sabemos quase nada, nem sobre os insetos, nem sobre os coleópteros, nem sobre a fauna e a flora da região.

Nós temos o magnífico INPA, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e o Museu Goeldi, em Belém, que faz parte da mesma estrutura. Mas o diretor-presidente do Museu Goeldi ocupa um DAS tão insignificante que nenhum motorista do Congresso Nacional aceitaria esse nível de cargo. Nunca há verba. E o museu é tão bem cotado que acaba sendo usado como hotel por cientistas do mundo todo, que vêm com suas verbas, fazem suas pesquisas o tempo que precisam e, às vezes, aproveitam fins de semana para passeios pela região. Voltam trazendo espécies da fauna e da flora nunca catalogadas e acabam batizando essas descobertas com o próprio sobrenome.

Esse é um dos absurdos. Você queimar floresta ou cortar madeira para vender a traficantes chineses ou de outros países sem saber o que existe sob a floresta, sem saber qual o dano que isso causa ao futuro da medicina, ao futuro da própria região amazônica e ao conhecimento humano.

Ainda agora, nós que temos lutado pela participação dos povos indígenas, pela vida deles, pela liberdade deles, temos novas ameaças, além do próprio governo, que prometeu “nem mais um centímetro para índio”. Temos hoje a ameaça dos fundamentalistas.

A Igreja Católica agiu de forma menos brutal. Foi a Igreja Católica que criou o Conselho Indigenista Missionário, hoje meio apagado. Não vejo mais a força que teve nos tempos de Dom Tomás Balduino ou de Dom Pedro Casaldáliga.

Eu me lembro que, ainda jovem, em Manaus, antes mesmo de ir a São Paulo estudar, participei de um curso sobre história indígena da Amazônia. Fui um dos professores. Trouxeram jovens lideranças indígenas de todo o Brasil. Há cerca de um ano fui verificar onde estavam meus alunos. Não havia nenhum vivo. Todos haviam sido assassinados por tentarem reivindicar e lutar pelos seus direitos.

Essa é a Amazônia.

É a Amazônia em que o Ricardo Salles, aquele monstro, aquele Dorian Gray — ele deve ter uma tela monstruosa para se manter com aquela cara de Zé Bonitinho —, não podia ver pau em pé. Ele destruiu toda a estrutura mínima que existia aqui.

Peço desculpas por ainda não ter tocado diretamente em literatura. Mas neste momento é isso que está fazendo doer o nosso coração.

Além de tudo, todos nós assistimos ao que foi feito com a cidade de Manaus e com o povo de Manaus. Um grupo de adeptos do doutor Mengele veio para cá e fez do povo de Manaus cobaia. Mataram asfixiado o povo de Manaus. Houve enterros coletivos. As famílias não tiveram acesso para prantear, para velar, como é tradição no Brasil.

Isso foi uma brutalidade. Eu mesmo estive internado por várias semanas. Pulei uma fogueira — aliás, na verdade, pulei foi um vulcão — e vi muita gente ir embora. Vários amigos queridos se foram nesse período em que faltou, e continua faltando, vacina.

O Estado do Amazonas reagiu, as autoridades locais reagiram, e até, de certo modo, a vacinação está bastante adiantada aqui no estado. Mas nós jamais perdoaremos, e queremos ver os responsáveis pagarem pelo crime que cometeram aqui. Esse grupo de médicos charlatães aplicou um processo de curandeirismo travestido de científico.

Mas o Brasil e o povo brasileiro já passaram por problemas tão graves quanto os atuais. Nós vamos sobreviver e vamos vencer. Vamos ver a justiça ser feita contra esses criminosos que pensam que sairão impunes.

O que me dá esperança é ver instituições como essa, que hoje estão me homenageando, formadas por advogados do bem, advogados que lutam por melhores condições para o Brasil, para que a justiça brasileira se torne mais democrática e para que o Estado de Direito não seja assassinado ou asfixiado por esse aluvião de nazifascismo que tenta arreganhar os dentes em nosso país.

Ao mesmo tempo, é um refrigério e uma esperança ter esse grupo de advogados, alguns dos quais tive a honra de conhecer naquela semana na Maria Antonia, minha querida faculdade.

Agradeço ao Guilherme por me permitir voltar a falar com todos vocês. Era o que eu tinha a dizer. Desculpem se me estendi demais. Muito obrigado e digo: estamos na luta. Não desistimos, não vamos desistir. Somos teimosos e continuamos lutando por um Brasil que sonhamos e que, de certo modo, já avistamos no horizonte.

Boa noite, saudações amazônicas e muito obrigado.

Guilherme José Purvin de Figueiredo: Parabéns, Márcio. Muito obrigado. Muito emocionante a sua fala. Sua palestra lava a alma da gente e é um desfecho maravilhoso para o nosso congresso, que, na verdade, teve ao longo desses três dias exatamente esse tom de indignação contra esses desmandos e de defesa da cultura e dos direitos humanos.

COLABORAÇÃO ESPECIAL

INTERESSES, IMAGENS E SEGURANÇA PÚBLICA: A CHACINA DE 29 DE OUTUBRO E O APOIO DOS SUBALTERNOS

Máximo Masson¹

28 de outubro de 2025. Rio de Janeiro: nova chacina. Mais sanguinária do que todas as anteriores. Oficialmente 131 mortos. Locais: os “complexos” da Penha e do Alemão.

O primeiro, formado por 13 favelas, é parte do o bairro da Penha, um dos mais antigos da “Zona da Leopoldina”, região da Zona Norte da cidade. Subúrbio carioca famoso por nele estar a “Igreja da Penha” e ocorrerem nas primeiras décadas do século XX as “festas da Penha” cantadas em sambas como os Noel Rosa. O “do Alemão”, hoje oficialmente um bairro independente, é composto por 15 favelas.

Próximos, na verdade fronteiriços, com inúmeros pontos de contato territorial, os dois “complexos”, segundo dados do Instituto Municipal Perera Passos se encontravam entre as áreas de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Rio de Janeiro. A Penha, onde está um dos “complexos” da última chacina, quanto ao IDH, ocupava no início do atual século a 87ª posição entre os 126 bairros da cidade e o “complexo do Alemão” a 126ª, a última posição. Nada parece ter provocado mudanças nessas posições nas últimas duas décadas. Ambos os “complexos” são regiões com baixa oferta de serviços públicos, com presença expressiva de população com baixa renda e não pequeno índice de desemprego, refletindo uma situação não incomum no Rio de Janeiro, onde cerca de 20% da população jovem (entre 15 e 24 anos) se encontra ou desempregada ou subempregada em atividades informais. Assim, a chacina de 28 de outubro como é costumeiro, independente de todos os mortos e feridos, serem criminosos ou não, matou indivíduos de origem pobre.

O número de mortos, somado ao caos no sistema viário e ao pânico na população, decorrente de reações promovidas pelo Comando Vermelho (linhas expressas paradas, ônibus depredados, “arrastões”, comércio, sobretudo na zona norte, fechado), que atingiu grande parte da cidade com reflexos, embora menores em municípios da Região Metropolitana, impactaram o noticiário de todo o país.

Tanto no próprio dia 28 quanto nos dias imediatos, a “megaoperação policial” do governo Cláudio Castro bem como a “questão da segurança pública” ocuparam e continuando ocupando grande parte dos debates da chamada “opinião pública” e o cenário político nacional.

Sobre a “segurança pública” há, em termos gerais, duas posições, cujo enfrentamento deve, a princípio, ocupar o centro da cena política nacional em virtude da proximidade das eleições presidenciais e dos governos estaduais.

¹ Sociólogo, mestre em ciências sociais (IFCS/UFRJ), doutor em educação (FE/UFRJ), com pós-doutorado em educação (FE/USP). é Professor Titular de Sociologia da Educação da UFRJ e integra o corpo docente do PPGEduc/UFRJ. Foi professor da Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Habitus e Práticas.

Uma posição, defendida pela maior parte dos que se colocam à esquerda do campo político e expressa em projetos do governo Lula como a criação de “Sistema Único de Segurança Nacional” e os mais especificamente referentes ao combate ao “crime organizado”, principalmente a grupos criminosos originariamente voltados ao comércio de substâncias psicoativas de consumo classificado como ilegal. Organizações que hoje atuam em vários setores da economia (da venda de gás e internet em periferias urbanas a investimentos nos mercados imobiliário e financeiro), e cuja atuação passou de dimensões locais e regionais a nacionais, com forte intervenção no sistemas penitenciários de todo o país.

Outra, manifesta em discursos e projetos de representantes políticos da direita e agrupamentos de extrema-direita (fascistas, como o MBL, “Movimento Brasil Livre”), presentes em diferentes mídias - da grande imprensa e canais digitais de *influencers* de todo tipo – preconizam aumento de penas para crime de “tráfico de drogas”, redução da maioria penal e, principalmente, a classificação de “organizações criminosas”, como “organizações terroristas”, reproduzindo os discursos da extrema-direita norte-americana e manifestos em especial por Trump e assessores sobre o “narcoterrorismo” e o “direito de intervenção” de um país (como os EUA) em outros (sem declaração formal de guerra).

Essas posições se entrecruzam no episódio trágico da chacina de 28 de outubro.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, de expressão até então menor no campo político mesmo se considerando a importância histórica que o Rio de Janeiro ocupa na sociedade brasileira, não somente defendeu a “operação policial”, como a considerou um “sucesso”, minimizando seus efeitos diretos sobre moradores dos dois “complexos, a paralisia provocada sobre grande parte da cidade e o número de mortos, inclusive de policiais. Autoridades estaduais de segurança lamentaram a morte de policiais, porém as consideraram algo não de todo evitável em ações como as realizadas, naturalizando-as como se fossem “acidentes de ofício”.

Em meio aos autoelogios de sua iniciativa e congratulações aos responsáveis pela execução da mesma, Cláudio Castro criticou o que denominou de maldita “ADPN das favelas” (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635), que estaria impedindo ações repressivas das polícias fluminenses. Denunciava – no que foi de imediato desmentido – a ausência de apoio do governo federal no cuidado da segurança do Rio de Janeiro. Antes, em maio deste ano, em sua “cruzada contra o crime organizado”. Cláudio agregara o oferecimento à embaixada dos Estados Unidos de relatório sobre “facções criminosas terroristas” no Rio de Janeiro, alinhando-se às estrategistas do fascismo local para obtenção de intervenção do governo dos EUA – militar ou não – no Brasil, visando a consecução de objetivos econômicos e políticos de segmentos das classes dominantes locais e seus representantes no campo político.

Deve-se observar que a “cruzada de Cláudio” é fundamentalmente contra o Comando Vermelho. Outras “facções criminosas” como o Terceiro Comando Puro, que muitos analistas da violência fluminense apontam estar em alianças com grupos paramilitares (milicianos), afora as próprias milícias, não são enfatizados ou mesmo mencionados em seus pronunciamentos. Nesse sentido, a operação nos complexos da Penha e do Alemão seria mais um, embora o mais sangrento, episódio da “guerra ao Comando Vermelho”. Guerra na qual reaparecem velhas fábulas sobre possíveis vínculos entre integrantes de agrupamentos políticos de esquerda defensores da luta armada contra a ditadura militar (classificados pelos

órgãos ditatoriais de repressão como “subversivos” e “terroristas”) e quadrilhas prioritariamente voltadas para assaltos a bancos, originando-se, então, o Comando Vermelho. Assim, não é estranho que o fascismo brasileiro (e sul-americano em geral), assuma como seu, com grande veemência e prontidão, algo e que lhe é muito simbolicamente conveniente: o discurso norte-americano do “narcoterrorismo”, apontando cada homem jovem pobre morador de favela como um potencial perigoso “terrorista”.

Em sentido inverso ao discurso oficial do governo Cláudio Castro, pesquisadores, jornalistas e quadros políticos de esquerda, avaliando a operação de 28 de outubro, sublinham, além da intrínseca ineficácia de ações policiais desse tipo, diversas falhas e aspectos negativos da mesma, afora o número assustador de mortos.

Foram ressaltados os objetivos e expectativas desproporcionais das autoridades governamentais (realizar no mesmo dia e região dezenas de mandados de prisão), sendo reduzidas as ações precedentes de inteligência, além da opção pela tática de confronto direto, contribuindo para elevado número de feridos e mortos (quatro) entre policiais, alguns de ingresso recente nas forças de segurança. Igualmente foi destacada a total ausência de análise e planejamento acerca de possíveis e óbvias reações da facção atingida pela operação. Reações que geraram caos e pânico na população, principalmente nas áreas norte, oeste (agora também parcialmente denominadas de sudoeste e no centro da cidade) e municípios próximos como São Gonçalo, mas em nada inéditas: vandalismo em serviços de transporte público, interrupção de vias expressas, “arrastões”, ordens de fechamento de comércio, de escolas e postos de saúde.

Críticas também foram feitas quanto aos resultados obtidos e ao próprio sentido da operação. O principal objetivo propalado pelo governo estadual – a prisão do que viria a ser dos mais importantes chefes locais do CV – não foi alcançado, tendo sido aventada a possibilidade, não improvável, de sua “fuga” decorrer de repasse de informações (“vazamentos”) por parte de setores das forças de segurança sobre as ações pretendidas. As áreas sob domínio do Comando Vermelho não foram retomadas pelo Estado, pois quase imediatamente ao fim dos confrontos, quando os moradores locais iniciavam a retirada de corpos caídos em matas do complexo da Penha, novos “soldados” do Comando Vermelho o reocupavam.

Às avaliações de especialistas e jornalistas se uniram denúncias feitas em discursos de grande impacto político e emocional no Congresso Nacional por parlamentares do Rio de Janeiro como Benedita da Silva (PT) e Jandira Feghali (PcdoB) sobre depredação de casas de moradores, execuções sumárias com fuzilamento de indivíduos que se rendiam ou eram feridos, inexplicável presença de corpos despedaçados – não havendo, ao menos oficialmente, notícias sobre uso de granadas ou outros explosivos - e cabeças decapitadas em galhos de árvores, lembrando tempos em que “volantes de macacos” perseguiam cangaceiros no nordeste e após matá-los penduravam cabeças em caminhos e praças.

Entretanto, apesar de todas as denúncias sobre uso abusivo de violência pelas forças policiais e críticas aos efeitos desastrosos no cotidiano carioca – na quarta-feira, 30 de outubro, boa parte das atividades econômicas das zonas norte e oeste do cidade ficaram praticamente paralisadas em meio a sensações generalizadas de medo e apreensão – pesquisas de opinião realizadas em dias posteriores, independente de possíveis dúvidas sobre procedimentos técnicos empregados ou percentuais registrados apontavam que parcelas

significativas das populações carioca e da região metropolitana do Rio de Janeiro julgavam positiva a ação policial.

Conforme a pesquisa AtlasIntel 62% dos cariocas a aprovavam, sendo que entre moradores de favelas o índice de apoio seria de 80%. A pesquisa DATAFOLHA indicava que 57% dos moradores da Região Metropolitana a classificavam como um sucesso, seguindo a opinião de Cláudio Castro, embora registrasse nuances importantes como ser menor a aprovação entre os mais jovens e os com renda inferior a cinco salários mínimos.

A princípio, os resultados dessas pesquisas aparentam ser um paradoxo para aqueles que se localizam à esquerda do campo político. Como diante de uma situação em que mais da metade da cidade foi em algumas horas posta em uma balbúrdia de informações desencontradas, colapso no trânsito, atividades econômicas diretamente prejudicadas e milhares de pessoas assustadas levando horas para retornar a suas casas, grande parte dos que em algum grau foram prejudicados por uma operação policial que não atingiu seus objetivos principais a classificavam como bem sucedida e a apoiavam.

Para muitos, esse “paradoxo” – pobres apoiando ações repressivas que atingem fundamentalmente pobres e ocorrem em regiões de moradia de pobres - se explicaria pelo domínio midiático dos discursos conservadores, vários de matiz fascista, disseminados por redes sociais e também organizações religiosas, notadamente as chamadas igrejas cristãs neopentecostais. Em outras palavras, o predomínio de “narrativas de direita” terminaria por subsumir segmentos sociais mais pobres e de menores tradições de reflexão política a uma condição de alienação, de falsa percepção da realidade, a qual os tornariam refratários à “defesa de direitos humanos” e tacitamente propensos a valorar positivamente “discursos de ódio”, cujo exemplo maior seria a frase pronunciada tantas vezes em meios de comunicação: “bandido bom, é bandido morto”.

Porém o que, especificamente no tocante à segurança pública e ações policiais, levaria a maioria da população do Rio de Janeiro a apoiar uma chacina, pois não é outra a denominação que se pode atribuir ao ocorrido nas favelas de Penha e Alemão, mesmo depois de todos os comentários críticos presentes em parte da imprensa e em redes sociais?

Para não incidirmos na ingenuidade de tudo atribuímos às “disputas de narrativa”, as quais se definiriam pelo poder midiático de cada grupo político em luta, é preciso observar antes de tudo as condições concretas da vida cotidiana da maior parte da população do Rio de Janeiro, que vem a ser composta pelo que podemos denominar em termos sociológicos de classes subalternas ou dominadas. Nesse conjunto de classes se localizam os diferentes segmentos proletarizados (operários e não operários) e camadas inferiores das chamadas “classes médias” (a pequena burguesia).

Uma população que nas últimas três décadas, salvo o curto intervalo de tempo entre meados da década de 2000 e o início dos anos 2010, sofreu duramente as consequências da progressiva queda econômica que o Rio de Janeiro vem vivenciando, expressa na redução - já anterior, mas que se acentua nessas décadas - da produção industrial e em mudanças no setor de serviços, embora este permaneça sendo o principal setor econômico. Neste último são majoritários empregos de menor remuneração, boa parte informais. Deve-se observar que para tal cenário não é possível desconsiderar os efeitos da pandemia de Covid-19. Contudo, também devemos observar que nenhum planejamento governamental posterior de maior impacto foi empreendido para superar regionalmente as dificuldades dela resultantes,

expressando a lógica *laissez-faire* que têm guiado a ação política dos governantes locais: a esperança de que o “as forças do mercado” naturalmente reequilibrem o quadro econômico.

A partir de meados da década passada torna-se absolutamente visível o cenário de retração econômica e maior desigualdade social que caracteriza a atualidade do Rio de Janeiro. As imagens de degradação do centro da cidade e ampliação da população de rua, com inúmeros dependentes químicos em situação degradante, ilustram negativamente tal cenário.

O empobrecimento da cidade – e do conjunto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - colabora decisivamente para o crescimento de atividades ilícitas de toda ordem. Um crescimento que também teve na continuidade de problemas históricos de funcionamento das forças de segurança um fator de apoio nada desprezível.

Entre as atividades ilícitas se destaca o comércio de substâncias psicoativas de consumo não permitido, embora esse seja apenas uma entre outras e não necessariamente a que mais atinge negativamente o dia a dia da população.

Embora seja corriqueira a ocorrência de confrontos entre grupos criminosos, incluso as milícias e os entre esses grupos e forças de segurança, com centenas de casos de mortes e feridos por “balas perdidas”, incidem bem mais do que o “narcotráfico” sobre os cariocas as agressões cotidianas decorrentes de todo tipo de violência “das ruas”, predominando os assaltos a pedestres, motoristas, estabelecimentos comerciais e roubos em residências, afora variadas formas de extorsão, inclusive as realizadas por aqueles que oficialmente representariam a ordem pública.

Como é sabido, as organizações responsáveis pelo “narcotráfico” há vários anos passaram a diversificar seus empreendimentos. Nas áreas em que dominam ou exercem algum tipo de intervenção, a extorsão – da cobrança de taxas sobre as atividades econômicas ou de autorização para empreendê-las, e o consumo obrigatório de determinados serviços ofertados como acesso à internet – se tornou mais do que comum, natural. Somada aos diversos tipos de extorsão, venda (e aluguel) de armas, roubos específicos de carga e veículos de maior valor passaram a ocupar posição destacada nos objetivos desses grupos, alimentando e intensificando o comércio ilegal de armamentos e redes de distribuição de produtos roubados, sejam essas cargas de caminhões, sejam veículos.

A diversificação de empreendimentos das “organizações do narcotráfico” e a concomitante intensificação das disputas por domínio territorial entre as mesmas (hoje no Rio fundamentalmente entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro) e entre essas e as milícias (lembrando-se que muitos consideram estar em curso uma aliança entre milícias e o TCP contra o CV) ampliaram a demanda por força de trabalho para essas organizações, cuja lógica econômica atual tende a seguir os mesmos princípios de qualquer empresa capitalista, inclusive quanto à contratação e exploração da força de trabalho empregada. A velha imagem carioca do “dono de morro ou do pedaço” com traços de Robin Hood é cada vez mais fantasiosa, assim como a de “traficantes de Jesus”, fábula também carioca para ocultar meios “religiosos” de tornar legítimo dinheiro proveniente de roubos, extorsões e comércio ilegal. Alterações em comportamentos “tradicionais” de integrantes de “organizações do narcotráfico” junto à população onde exercem domínio explica em parte posicionamentos favoráveis a ações policiais violentas em parte de moradores de favelas do Rio de Janeiro.

Salvo exceções, como armeiros e outras ocupações de maior especialidade, a força de trabalho contratada por essas organizações é composta predominantemente por adolescentes e

jovens (em certos casos crianças) pobres, de áreas faveladas, com baixa escolaridade e cujas perspectivas de futuro são fortemente incertas. Devemos nos lembrar que o Rio de Janeiro historicamente apresenta um dos maiores percentuais, especialmente em suas maiores áreas urbanas, de jovens que nem trabalham, nem estudam, em geral pertencentes a famílias proletarizadas e de menores rendas. Portanto, jovens proletários e formalmente desqualificados dada sua baixa escolarização.

Os grupos paramilitares (as milícias), que de início, reproduzindo as ações de suas origens (os “esquadrões da morte”), tinham na extorsão da população por “serviços de segurança” e “assassinatos por contrato” suas fontes maiores de renda, hoje realizam as mesmas atividades e procedimentos do “narcotráfico”, excetuando-se, ainda ao que parece, assaltos a cargas, inclusive comercialização de drogas. Se diferem parcialmente das organizações do narcotráfico por incorporarem em menor escala jovens desqualificados, visto serem compostas tradicionalmente por ex-agentes de forças de segurança e aparentados.

A degradação da cidade – bem como de toda Região Metropolitana - por força de seu empobrecimento, além dos efeitos resultantes das prioridades de ação definidas por seus últimos governantes (estaduais e municipais), acrescida à ampliação concomitante de situações de ilicitude, proporcionam a disseminação entre a população de sensações de insegurança, de incerteza quanto a ocorrências em futuro imediato de situação de risco, proporcionando temor e medo. Sensações que se somam àquelas de ordem econômica relativas a futuro menos imediatos, contribuindo para os sentimentos de angústia e percepção imaginária de que o “mundo estaria em desordem” e que viria a ser preciso “voltar à ordem” e à “tranquilidade” pertinentes a um passado igualmente imaginado, fabulado e não real.

Essas sensações se fazem mais presentes nos segmentos que se encontram expostos ao fluxo urbano cotidiano das ruas, em que há interações com quase todos os tipos integrantes da sociedade, inclusive os classificáveis como “perigosos”. Em sua maioria, esses segmentos pertencem às classes subalternas que no dia a dia de suas vidas se encontram, a princípio, menos protegidos de atos de violência. Ao contrário daqueles estratos sociais dotados de alta renda, residentes em áreas fechadas e restritas, salvo a serviçais – imagem característica no Rio de Janeiro de determinados “condomínios de luxo da Barra da Tijuca” – e, não raro; proprietários de carros blindados.

Se a elevada desigualdade social não é um atributo exclusivo do Rio de Janeiro, dado ser fenômeno encontrável em todas as metrópoles e cidades de maior dimensão do país, a configuração do relevo carioca bem como a dimensão e o processo histórico de ocupação da cidade, incluindo-se os morros que compõem de forma singular seu relevo, produzem efeitos bastante particulares na conformação geográfica local da desigualdade social.

De modo diverso de outras cidades, onde a segregação espacial entre as classes sociais se manifesta num distanciamento físico mais expressivo, no Rio, salvo em relação a zonas de ocupação mais recente como a Barra da Tijuca (numa cidade de mais de quatrocentos e sessenta anos a Barra da Tijuca foi efetivamente ocupada a partir dos anos 1970, ou seja, aproximadamente sessenta anos), encontramos uma proximidade espacial entre as classes muito maior. As favelas “cercam” os bairros. De aproximadamente 6 milhões e duzentos mil habitantes da cidade, cerca de 1 milhão e setecentos mil moram em favelas. Assim, quase 30% de toda a população carioca reside em áreas degradada, onde são escassos ou

inexistentes serviços públicos essenciais presentes, mesmo que em graus variados, nos bairros da cidade.

Essa proximidade quase permanente entre “pobres”, “muito pobres” e “não pobres” em contextos de significativas desigualdades sociais termina sendo fator impulsionador de sentimentos apreensivos de insegurança e medo de violência e não, inversamente, elemento propiciador de maiores percepções políticas sobre a necessidade crucial de superação dessas desigualdades para, ao menos, melhor convivência diária no espaço social.

Nesse sentido, responder à pergunta que levantamos ao início de nossas considerações - por que grande parte dos socialmente subalternos apoia ações policiais tão violentas como as ocorridas em 29 de outubro e promotores governamentais dessas ações - nos leva a uma segunda observação sobre o Rio de Janeiro, agora referente à população residente em favelas e a imagem histórica desta no senso comum. Portanto, a respeito das representações simbólicas relativas aos pobres urbanos, muito especialmente aos mais miserabilizados, na história brasileira.

Como em outras sociedades capitalistas, mas algo que é intensificado por efeito do passado escravocrata brasileiro- as representações simbólicas referentes aos pobres presentes no senso comum, inclusive das classes subalternas, os tipificam como membros das “classes perigosas”. Isso porque segundo o senso comum, embora deveriam ser em função de suas posições sociais inferiores “humildes” e “trabalhadores” (manuais), eles, os pobres, sobretudo quando “pouco socializados (educados)” - algo nada incomum em se tratando de jovens e adolescentes - podem ser “insolentes, preguiçosos,” e “agressivos, violentos”, confirmando a potencial condição, quase “natural”, de “perigosos”. O estereótipo físico, principalmente masculino, da pobreza urbana se torna símbolo da violência que ameaça em seu dia a dia os socialmente subalternos.

A imagem de indivíduos, em geral relativamente jovens, que podem assalta-los ou a seus familiares e até mata-los dependendo das circunstâncias, é a mesma dos “soldados do tráfico”, dado que esses como os “assaltantes de rua” quase sempre têm todos a mesma origem de classe. Independente de serem ou terem sido ladrões e assaltantes, “os soldados do tráfico” encarnam a ameaça de agressões, abusos e mesmo morte, as quais podem surgir inesperada e subitamente. Diante de serem potencialmente contínuas as possibilidades de experiências de violência, não é estranho que se constitua e dissemine entre as classes subalternas simultaneamente sentimentos não só de medo, mas de ira e revolta quanto às ameaças potenciais que sobre eles podem incidir bem como desejos de superação imediata da insegurança pela eliminação do que lhes parecem ser mais imediatamente os fatores - e indivíduos - causadores de suas angústias e temores quanto a estar no espaço público.

As agruras dos esforços cotidianos pela sobrevivência por força de suas condições sociais, pouco favorecem aos subalternos o desenvolvimento de reflexões mais complexas e menos ingênuas acerca da própria condição subalterna e de fatores que a determinam,

Para refletir é necessário haver tempo. A luta diária pela sobrevivência, a qual a maioria se encontra submetida, permite poucas possibilidades de tempo para reflexões e formulação de opinião sobre questões públicas, portanto a produção de uma opinião política, que não esteja fundada em estereótipos e estigmas historicamente presentes no senso comum. As mensagens e vídeos absolutamente curtos hoje predominantes nas redes sociais expressam a escassez de tempo para refletir e alimentam o círculo vicioso do consumo de opiniões simples e estereotipadas, tanto como desejos fantasiosos de resoluções instantâneas e

miraculosas de problemas históricos, cujos equacionamentos somente são possíveis mediante reformas de maior dimensão nas estruturas da sociedade brasileira.

A reprodução da irreflexão entre os socialmente subalternos favorece os interesses maiores (econômicos e políticos), quase sempre camuflados em cantilenas de “defesa da ordem e dos interesses das pessoas de bem”, dos “vendedores de soluções mágicas” de contradições sociais, em geral situados entre as classes dominantes ou delas sejam representantes,, mesmo quando seus discursos se fazem em léxico popular.

No caso da violência urbana; a defesa da morte imediata dos “violentos e perigosos” se apresenta à população como solução rápida mesmo que o surgimento diuturno de novos “violentos e perigosos” após novas chacinas e matanças demonstre o inócuo de tal “solução” e fique em segundo plano, além de interesses não ditos nas “opções pela intensificação dos confrontos urbanos”, o aumento de gasto de recursos públicos para aquisição de mais armas e equipamentos para as ações policiais. Esses gastos são justificados por muitos representantes de forças de segurança como necessários diante da elevação da criminalidade (e de seus aparatos tecnológicos), cujos fatores determinantes seriam quase uma decorrência natural e inevitável dos tempos contemporâneos, tornando a repressão cada vez mais violenta o instrumento necessário de garantia da “paz social”.

Por decorrência não se atenta para aspectos, a princípio rotineiros de cidades como o Rio de Janeiro, os quais podem minimizar situações comuns de violência urbana e atenuar os sentimentos de insegurança - e seus efeitos sobre a saúde mental - presentes no cotidiano da maioria da população, ou seja, dos socialmente subalternos. Aspectos que demonstram como as desigualdades entre as classes sociais se manifestam no âmbito da segurança pública e não unicamente quando de situações de violência mais extrema. A prevenção policial também se realiza de modo desigual. Áreas de populações “ricas” são mais protegidas do que áreas de frequência de populações “pobres”, onde a prevenção é mais escassa. De igual modo, são desiguais as relações cotidianas entre integrantes das forças de segurança e a população. Os residentes nas “áreas mais ricas” tendem a não sofrer as chamadas “duras” de policiais, corriqueiras entre os residentes de áreas “pobres”. Esses últimos, classificados em percentual considerável como potencialmente “perigosos e violentos”, são, portanto, sempre naturalmente “suspeitos”, inclusive para parcelas não pequenas dos próprios pobres.

Em face a esse contexto, o apelo à defesa dos direitos humanos tende a ser incompreensível ou mesmo injustificável para muitos dos situados nas classes sociais subalternas. Direitos e interesses dessas classes são cotidianamente “desrespeitados” por força de suas próprias condições de vida, inclusive o direito à vida. Como acima mencionado, direito percebido como permanentemente ameaçado por aqueles que seriam naturalmente “violentos e perigosos”. Assim, não vem a ser paradoxal que parte expressiva dos socialmente subalternos, inclusive os de menor renda, consinta na morte daqueles ou conscientemente isto deseje, manifestando apoio tácito a matanças e chacinas bem como aos seus promotores, mesmo quando, como quase sempre, não possuam dimensão mais ampla acerca do conjunto de interesses que terminam por politicamente sustentar.

Entretanto, se há a predominância de perspectivas conservadoras nas controvérsias cotidianas sobre segurança pública, em especial quanto à situação do Rio de Janeiro, pesquisas sobre a chacina de 29 de outubro, como a do Instituto DATAFOLHA indicaram que parte dos entrevistados de menor renda e idade são relativamente mais suscetíveis a questionamentos sobre a validade de propostas de enfrentamento do crime organizado pelo

confronto armado imediato, exemplificado pelas rotineiras incursões policiais em favelas e “bairros periféricos”.

Mesmo considerando que esses entrevistados se situem entre os que potencialmente sejam mais propensos a situações de risco quando de operações policiais em áreas de população de menor renda é bastante possível que eles sejam de algum modo críticos dos estigmas que incidem sobre as classes subalternas, em especial os segmentos proletarizados, e que, em última instância, legitimam a realização de matanças em maior ou menor dimensão. Igualmente, dada suas faixas etárias, é provável que sejam possuidores de percursos escolares mais extensos, embora isso não signifique necessariamente ingresso no ensino superior.

Apesar das anteriores observações sobre evasão escolar nas camadas inferiores das classes subalternas e das fortes críticas à qualidade do ensino que a elas é tradicionalmente ofertado, a ampliação da escolarização das classes subalternas é aspecto que deve ser observado com devida atenção política. Ela não pode ser reduzida, como predomina no senso comum, a um processo quase burocrático de certificação visando exclusivamente a obtenção de meio para tentativas futuras de ascensão social individual mediante alguma forma de ingresso no mercado de trabalho. Tampouco reduzi-la à obtenção a quaisquer custos de índices formais de desempenho escolar, empregados como verdadeira moeda de troca por prefeitos e governadores para obtenção de recursos públicos federais para posterior aplicação em suas redes de ensino, seja isto como for. Situação que tem proporcionado inúmeras ações questionáveis em termos educacionais, para não se falar em falcaturas, principalmente relacionados a compras de “material eletrônico educativo”.

A dimensão política da escolarização da população deve ser parte integrante de preocupações e objetivos de todos aqueles que aspiram não somente refrear no Brasil a onda internacional de matiz neofascista, que no momento tem em setores imperialistas norte-americanos alguns de seus principais promotores internacionais, como construir uma ordem social mais radicalmente democrática. Sem atenuar a importância dos questionamentos sobre a validade das proposições conservadoras sobre segurança pública, em especial, as promovidas por setores de extrema-direita, concretizadas em chave maior em ações recentes como as promovidas pelo governo estadual do Rio de Janeiro, mas que não são exclusivas deste, bem como na denúncia de implícitos interesses antinacionais dos defensores da equiparação de máfias e facções criminosas a “organizações terroristas”, é preciso salientar a importância que no atual contexto político, mesmo indiretamente, assume o campo educacional, notadamente quando anteriores processos de educação política das classes subalternas vieram a ser reduzidos.

As condições objetivas da vida contemporânea, como a fragmentação e dispersão espacial das atividades de trabalho, não raro de execução solitária como em boa parte do setor de serviços – e o Rio de Janeiro é, desde décadas, uma cidade onde este é o setor econômico predominante – dificultam sensivelmente processos informais de educação política dos trabalhadores e do conjunto dos subalternos. Processos que anteriormente a própria concentração da força de trabalho em empresas de maior dimensão favorecia, dada a possibilidade, mesmo que sempre sob riscos e ameaças patronais, de organização coletiva de formas de defesa de interesses, conseqüentemente de aprendizagem política e questionamento de estereótipos estigmatizantes conservadores.

Em sentido inverso, grande percentual de jovens das classes subalternas tem como atual aspiração profissional tornarem-se *influencers* e se “monetizarem” via redes sociais, ainda

que concretamente as possibilidades reais sejam escassas. Os sucessos-relâmpago de alguns poucos, em geral fugazes, ocultam as centenas de tentativas fracassadas de candidatos a *startup* da indústria cultural. Salvo raríssimas exceções, o sucesso dos *influencers* se fundamenta principalmente no emprego e reprodução de representações estereotipadas sobre a realidade e mais condizentes às características culturais dos públicos que potencialmente demandam e consomem (“seguem”) mensagens de *influencers*. Em suma, os *influencers* sobrevivem, de modo geral, pela constante reprodução mais irrefletida das produções simbólicas presentes no senso comum. A lógica de sucesso de *influencers* e candidatos a tal se opõe a apropriação e incorporação de dispositivos que sejam capazes propiciar olhares menos estereotipados sobre a realidade social (e até mesmo a física, como exemplifica o crescimento do negacionismo anticientífico), isto é, dispositivos que em linguagem sociológica se pode denominar de elementos integrantes de capital cultural legítimo.

Para as classes subalternas, ao contrário de antigas esperanças imaginárias acerca do poder quase miraculoso da internet em formar “mentes mais intelectualmente sofisticadas” por força do quantitativo de informações disponibilizáveis, ainda são as instituições escolares que podem se constituir, embora muito raramente isso ocorra, em espaços nos quais a posse desses dispositivos se concretize. Sem os mesmos a formação de opinião política distinta da reprodução dos estereótipos do senso comum não se realiza de modo consistente e perdurável.

Nesse sentido, o questionamento do conservadorismo político tem na defesa da oferta educacional e de condições objetivas de realização do trabalho educativo elementos da maior importância estratégica. Defesa que não se reduz, embora isto seja vital dada a pauperização do professorado, a ações em prol de maior remuneração aos professores. Estabelecer condições favoráveis ao trabalho educativo implica em assegurar amplo leque de situações cotidianas que vão de turmas quantitativamente adequadas para crianças e adolescentes, sobretudo das classes subalternas, à estabilidade profissional e psicológica dos que atuam no espaço escolar. Não se pode esquecer: no Rio de Janeiro entre 2022 e 2025 (considerando os dez primeiros meses deste ano), portanto no governo de Cláudio Castro, cerca de 2590 escolas cariocas (públicas e particulares) foram impactadas (suspensão de aulas e demais atividades) durante seus horários de funcionamento por tiroteios decorrentes de operações policiais, principalmente nas zonas norte e oeste da cidade, aquelas que concentram população de menor renda média.

Mesmo indiretamente as escolas são espaços possíveis de emergência de percepções mais complexas da realidade. Não por acaso se encontram atacadas de diferentes formas por forças conservadoras e seus representantes políticos em diferentes esferas de poder como temos hoje em executivos estaduais promotores hoje de chacinas. Compreensões menos complexas da realidade contribuem para percepções ingênuas sobre conjunturas econômicas e cenários sociais, justificando hoje, matanças e chacinas. Amanhã, talvez, justifiquem limpezas étnicas. Em suma, a destruição física dos indesejáveis.

SELEÇÃO DO BLOG

AS DURAS MISSÕES DE UM PAPA

Bernardo Lins²

Meu pai foi diplomata de carreira e, na infância, tive a oportunidade de conhecer outros países e estudar em escolas locais. Fui alfabetizado em espanhol e aprendi o italiano desse modo. Em 1971, tendo servido na embaixada do Brasil junto à Santa Sé, meu pai já estava removido para Buenos Aires e pediu uma audiência de despedida. O Papa Paulo VI o recebeu, junto com a família. Foi assim que conheci um Papa de perto, uma vez na vida.

No dia da audiência, chegamos um pouco mais cedo e ficamos em uma antessala, aguardando. Sua Santidade estava a uns vinte metros, recebendo outra pessoa, um emissário que, sozinho, conversava com ele muito alterado. Os intérpretes, ao lado de ambos, iam acompanhando a conversa em inglês. Nervoso, o homem foi levantando a voz e se agarrando aos braços de Paulo VI, as pessoas em volta dos dois espantados e o Papa pondo as mãos em seus ombros, para acalmá-lo. As palavras “guerra”, “massacre”, soaram nitidamente no tom aflito do interlocutor. A resposta do pontífice pareceu tranquilizá-lo e aos poucos ele foi recobrando a calma.

Encerrada aquela conversa, meu pai me disse, em voz baixa: “essa é a vida de um Papa; pescar no mundo o que há de mais sofrido e lidar com as dores mais sérias da humanidade”. Paulo VI se despediu do emissário, conversou com um par de pessoas que assistiram ao encontro e pareceu refletir.

Veio em seguida nossa audiência. Sua Santidade nos recebeu com gentileza, conversou com meu pai sobre seus anos servindo na embaixada. Mostrou-se discretamente alegre com a família, trocou umas palavras conosco, um a um, deu-me uma medalha que guardo até hoje em algum lugar, perdida na bagunça de casa. Mas não me culpo. Qual é a casa simpática que não tem uma bagunça?

Após a audiência descemos até algum estacionamento dentro da Cidade do Vaticano em que meu pai havia deixado o carro, um Fiat 124 preto em que cabíamos apertados. Cinco filhos não é algo que combine com luxo. Curioso como todo menino de treze anos, perguntei sobre aquela cena que havíamos presenciado de longe. Soube que era uma pessoa de Bangladesh.

O conflito em Bangladesh havia começado em março daquele ano. Chamado de Paquistão Oriental à época, a região constituía, com o atual Paquistão, um único país predominantemente muçulmano. As eleições gerais vencidas por um partido local haviam sido anuladas pelos paquistaneses e a reação popular foi reprimida brutalmente, dando início a um genocídio promovido pelo exército e por braços armados ligados a este. Cerca de dez

² Bernardo Felipe Estellita Lins é engenheiro civil, mestre e doutor em Economia pela Universidade de Brasília, consultor legislativo aposentado da Câmara dos Deputados. Atuou nas áreas de ciência e tecnologia, comunicação, informática, telecomunicações, mídia, inovação, mineração e políticas públicas. Foi conselheiro consultivo da Anatel, integrou estudos técnicos da Câmara dos Deputados e é membro da Academia Brasileira da Qualidade, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e da Academia de Letras de Brasília. Integra o Conselho Consultivo do IBAP.

milhões de pessoas fugiram da região, refugiando-se na Índia em condições de extrema miséria.

Do outro lado, movimentos guerrilheiros se organizaram e, com o apoio da Índia, que mantinha uma relação conflituosa com o Paquistão desde a independência de ambos, coordenaram um enfrentamento que resultaria, ao final daquele ano, em uma rendição das tropas paquistanesas e na declaração de independência de Bangladesh.

O resto do mundo virou o rosto para o conflito. Não houve apoio ou crítica a nenhuma das partes, elas que se virassem. Uma única autoridade se levantou para condenar a guerra e denunciar os horrores que ali aconteciam, Paulo VI. Fazendo um apelo moral, criticou duramente as Nações Unidas e os líderes dos demais países. E, a partir de então, mobilizou as instituições cristãs no leste da Índia para prestar auxílio aos refugiados que se amontoavam.

Não sei, e nunca saberei, se aquela reunião que vi ao longe foi especial, ou apenas uma entre tantas. Nunca saberei se aquele foi ou não o dia em que o Papa tomou sua decisão. Mas gosto de imaginar que, por acaso, assisti a um momento histórico. Quanto ao novo país que ali surgia, sua vida seria incrivelmente desafiadora. Três anos mais tarde enfrentaria o desafio da Grande Fome, que vitimaria milhares de pessoas. Mas, hoje, é um igual entre as nações e merece nosso respeito.

E nunca esqueci, também, das decisões que se impõem a um Pontífice. Enfrentar o que há de mais sofrido e lidar com as dores mais sérias da humanidade.

INGLÓRIOS GENERAIS

Carlos Marés ³

Que eles tentaram o golpe, nenhuma dúvida. Mas algumas perguntas precisam ser respondidas: quem, como, quando, onde, por quê? Algumas parecem fáceis, mas sempre há um desdobramento, uma extensão que deixa uma pulga atrás da orelha. Por exemplo, o ‘como’. Será que os líderes, os ‘quem’, queriam quebrar tudo ou só tomar os palácios e esperar os salvadores da desordem? Ainda sobre os ‘quem’. Será que Bolsonaro, o Jair, liderava o movimento de forma secreta e astuta? (astuta é uma licença poética e secreta retórica) Ou havia outro senhor liderando para ele ou apesar dele? Digo senhor porque está descartada a hipótese da liderança ser de uma mulher, não ia ser tão grosseira, por isso que o Exército não tem mulheres no comando. Ou estou iludido? Há mais desdobramentos da questão ‘quem’. Mas vamos analisar tudo isso sem método, num livre pensar, afinal, parece que o golpe mesmo não teve método. Ou não terá sido bem pensado na organização e execução escatológica?



Os líderes, ou beneficiários dos atropelos e atrocidades de 8 de janeiro não estavam lá, isso é certo. Quer dizer, o ‘quem’ não estava lá. Lá havia pau mandado, nenhum general. Mas os líderes articuladores queriam mesmo depredar, rasgar quadros, quebrar estátuas, destruir cadeiras, vidros e mesas? Pelo menos queriam causar desordem tão grande que houvesse necessidade de restabelecer outra ordem diferente da do governo recém-empossado. Bolsonaro disse mais de uma vez: “você sabem o que fazer”, será que sabiam, teriam recebido orientação de quebrar tudo especialmente obras de arte? Ele mesmo provavelmente faria assim, atacaria sem dó quadros, estátuas etc, afinal pensa que arte é coisa de vocês sabem quem! Mas vejamos, se não tivesse quebradeira haveria ordem a reestabelecer? A ordem veio de um

comandante: - quebrem tudo! Claro, cada um quebrou o que estava ao alcance ou o que lhe parecia mais divertido ou mais desordeiro. Quem arrancou a porta do armário do Ministro Alexandre de Moraes imaginou, orgulhoso, que estaria fazendo um grande feito, que

³ Carlos Frederico Marés de Souza Filho é jurista, professor titular de Direito Agrário e Socioambiental da PUC-PR, mestre e doutor em Direito pela UFPR. Foi procurador do Estado do Paraná, procurador-geral do Estado, presidente da Funai e é presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública — IBAP. Autor de obras fundamentais sobre direitos dos povos indígenas, bens culturais, função social da terra e direito socioambiental.

A ilustração é de autoria de Aloísio Van Acker, artista visual e colaborador da Revista PUB, responsável por ilustrações, capas e artes gráficas que integram a identidade visual da publicação.

vergonha seria revelar as vestes talares do Ministro (nem talares são aquelas capinhas). Mas a ordem não foi individual: quebrem, cada um sabe como!

Mas será que o grande chefe, general em comando queria restabelecer a ordem reempossando Bolsonaro? Duas hipóteses: não, encontraria alguém mais ... astuto; sim, Bolsonaro incomoda pouco como chefe de estado, fica passeando de jet ski, moto, comendo pastel e derrubando os farelos, tudo bem pago pelo cartão corporativo, enquanto os mais astutos vão fazendo o que deve e precisa para não deixar o comunismo avançar, por exemplo, comprando viagra e conseguindo um carguinho a mais. Mas outras hipóteses são possíveis, é só pensar. Livre pensar. Juridicamente, e os fascistas gostam de dizer que obedecem à ordem jurídica, por isso roubaram o exemplar da Constituição do STF, era difícil reestabelecer Jair no poder, então, já que tem que inventar um jeito, poderiam instalar qualquer um na cadeira presidencial. As Forças Armadas já fizeram isso em 1964, sempre haverá um jurista criativo à disposição. A história saberá! Ou não será contada?

Tem gente comparando o assalto aos palácios à invasão do Capitólio de 6 de janeiro de 2022. Pode ter sido a inspiração da turba, mas a ação pareceu mais com outra invasão de 90 anos atrás, o criminoso incêndio da Reichstag, em 27 de fevereiro de 1933. Mas, mais uma vez, como é que iriam encaixar a volta do Jair, que já era só um ex. Em Berlim botaram fogo no parlamento e puseram a culpa nos comunistas que tudo que queriam era um parlamento funcionando, mas uma polícia e um juiz parciais confirmaram que foram os comunistas, então, quem estava no poder, ficou. Mas os líderes do golpe de 8 de janeiro não esqueceram que a tática do Reichstag foi com polícia e juízes parciais, o que foi fácil de conseguir, mas sem câmeras e publicações ao vivo. Bem que alguns tentaram dizer que eram infiltrados petistas, mas os petistas não saíram nas fotos.

Uma coisa porém é certa, não houve invasão, nem incêndio. A turba pau mandada encontrou as portas abertas e sem resistência, então não dá pra dizer que houve invasão, tampouco houve incêndio, só quebradeira, nenhum único tiro foi disparado, ferimentos, se houve, foram de cacos de vidro estilhaçados. É como se o gerente fizesse parte da quadrilha e abrisse a porta do cofre do banco.

O brilhante pensamento dos comandantes foi de que o assalto não poderia ser contido nem pela Polícia Militar do Distrito Federal, acéfala pelas férias do secretário Anderson, nem pela Polícia Federal, sem contingente de choque suficiente, nem pela Força Nacional, que não teria tempo de juntar soldados, restaria ao Exército Nacional, quem sabe ajudado pela marinha e pela Aeronáutica, salvar a pátria da mão dos vândalos. Melhor não chamá-los de vândalos, que foram um povo que dizem que destruíram o sul da Europa e o norte da África para estabelecer um império, mas os europeus não fizeram igualzinho na América, com muito mais sucesso? Vamos então chamá-los de criminosos, simplesmente. A ironia é que os criminosos que assaltaram os palácios eram pau mandados dos mesmos senhores que salvariam a pátria de suas ações. Aqui, no livre pensar, criminosos seriam os que diziam estar salvando e os salvadores, afinal, foram os que cometeram atos criminosos. A confusão está muito grande, melhor parar de pensar. O fato é que imaginavam que enquanto os criminosos salvavam a pátria o governo federal ficaria inerte e como agradecimento entregaria o poder a sabe lá quem.

Voltando a pensar, porque os atos foram somente no dia 8, domingo, e não dia 1º, também domingo, ou um domingo qualquer de dezembro? O golpe salvador teria que ser depois da posse, porque senão, a incompetência de não contê-lo seria do antigo presidente e

o poder teria que ser entregue ao presidente eleito. Dia primeiro não poderia ser, porque havia muita gente na posse e seria um tumulto generalizado, com risco dos fascistas serem derrotados, seria uma guerra campal. E, pior, a incompetência seria sempre do governo velho, já que o novo nem tinha tomado posse. O melhor dia seria domingo, 08/01, de fato. Estratégia certa, chance de juntar mais gente fantasiada de patriota, menor tensão nos palácios. O dia tinha ser aquele domingo. Então teve muito planejamento, sim.

Não tinha como dar errado. O secretário de segurança do DF em Miami, quem assumiu nem sabia onde encontrar a tropa, PM desmobilizada, governador pouco atento ou dissumulado, bastava dar informação imprecisas ou falsas para o Ministério de Defesa que repassava ao da Justiça. Em matéria de informações falsas, essa turma é sabidamente profissional. Não tinha como dar errado: Truco! Tinham as cartas na mão e o adversário aparentemente sem cartas, sem defesa, sem saber como agir, a receita perfeita da incompetência. Só que não! O governo que tomara posse e ainda não tivera tempo de se organizar plenamente, não sabia do golpe, mas o esperava. Tinha uma carta poderosa, absolutamente incompreensível para os golpistas, a competência de tratar com situações adversas, a sabedoria que nasce do povo e que sabe enfrentar a violência da arrogância. O governo, mais civil do que nunca, não pediu arrego aos generais, resolveu com as forças civis, com os governadores, com ordens diretas e legítimas às polícias. Os criminosos não puderam mostrar as cartas, eram fracas e exporiam os mandantes, os comandantes, os inglórios generais. Nem as cartas puderam mostrar, rabo entre as pernas, tornozeleiras na canela, algemas nas mãos, perderam. Mais uma vez, como se de nada soubessem, os generais vão repetir a frase: “nem sabia que torturavam”.

Muitas perguntas ficaram sem respostas, o inquérito responderá algumas e a história responderá o resto, quem sabe. Mas atenção, há uma lição a ser tirada do episódio. Os porões não foram abandonados, ao contrário, estão ocupados pelas mentes mais malignas, pelos fascistas mais grotescos, daqueles que espumam ao escutar a palavra arte e suam de medo ao saber que em alguns corações existe o amor. E esses moradores dos porões, que sempre saem a luz do dia fantasiados de patriotas ou religiosos, continuam conspirando, não são muito competentes, mas tem gente criativa que os ajuda e, o que é muito pior, estão armados.

Para combatê-los, nada melhor que muita arte, amor, fraternidade e emoção. Riso também faz bem! Mas, ao mesmo tempo que devemos extirpar todo ódio de nosso coração, devemos exigir justiça e cada um que cometeu o crime, destruindo, mandando destruir, financiando a destruição deve cumprir exatamente com o mandamento da lei. Nossa exigência deve ser singelamente que o sistema de justiça penal funcione rápido e justo, sem juízes parciais e sem procuradores submissos.

Sem anistia!

VER NO ESCURO

Flávia D’Urso⁴

Há momentos históricos — guerras, pandemias, colapsos institucionais — em que o mundo perde a direção, como se a superfície lisa da vida cotidiana se rompesse de súbito, revelando um terreno irregular, instável e imprevisível. Esses momentos funcionam como câmaras de revelação capazes de expor não apenas as fragilidades humanas, mas também os débeis sistemas de sustentação que chamamos de sociedade.

É precisamente nesse território de ruína e descoberta que se inscreve o espetáculo “(um)Ensaio sobre a cegueira”. Longe de se limitar a uma adaptação literária, a montagem opera como um ato de percepção, um exercício radical de desnudamento do humano diante da adversidade extrema. A cegueira que se instaura em cena não é apenas metáfora — é processo, contágio e colapso; é o limite que convoca o espectador a espelhar-se naquilo que vê e, paradoxalmente, naquilo que não pode ver.

A encenação cria um ambiente de desorientação sensorial cuidadosamente arquitetado: uma iluminação rarefeita que parece hesitar entre o surgimento e o apagamento, pausas que suspendem a respiração do tempo, corpos que se movem como quem tateia a própria existência. Nesse espaço estético, a cegueira deixa de ser apenas condição dos personagens e torna-se experiência compartilhada com o público. O espectador não assiste ao colapso; ele o habita. Há, aliás, uma convocação pelos atores, antes do início da apresentação, para que integrantes da plateia participem desta experiência no palco.

A fragilidade deixa de ser um traço da narrativa e passa a ser uma espécie de espelho ético, onde cada um é levado a reconhecer a precariedade que prefere ignorar no conforto da normalidade.

É justamente no instante em que o verniz social desmorona que surgem as camadas mais cruas da humanidade. O espetáculo evidencia que a regressão à brutalidade não é aberração moral nem exceção histórica, mas possibilidade sempre latente, pronta a emergir quando desaparecem os dispositivos de contenção social: a lei, os costumes, o olhar do outro. A cegueira coletiva libera a violência como forma primária de organização, fazendo aflorar disputas por recursos, imposições arbitrárias de poder, hierarquias improvisadas e um medo que coloniza corpos e mentes. Essa regressão não surge como falha humana, mas como revelação: o colapso social é também desvendamento político.

Ainda assim, entre o estrondo e o silêncio, algo insiste em permanecer. Há, no meio da escuridão, gestos mínimos que resistem à devastação. Partilhar um pedaço de pão, conduzir um corpo inseguro, escutar o desamparo do outro — gestos que, embora frágeis, delineiam uma ética possível. O espetáculo parece sugerir que é justamente na escuridão, quando os suportes visíveis se rompem, que o cuidado se revela como último território de humanidade.

⁴ Flávia D’Urso é mestre em Direito Processual Penal e doutora em Filosofia, na linha de pesquisa em Filosofia Política, pela PUC-SP. Foi procuradora do Estado de São Paulo e defensora pública, tendo dirigido a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Atuou em redes do IBCCRIM e tem trajetória vinculada à justiça criminal, aos direitos humanos e à formação institucional no sistema de justiça. Integra o Conselho Consultivo do IBAP.

A travessia realizada pelos personagens só encontra sentido quando eles percebem que caminhar juntos não é uma escolha, mas uma condição necessária de sobrevivência moral. A solidariedade, longe de ser virtude espontânea, aparece como construção frágil e, ao mesmo tempo, urgente; uma decisão política que só se torna visível quando tudo o mais se desfaz.

Nesse percurso de desconstrução e reconstrução, destaca-se a sátira impagável dirigida a militares e figuras associadas à extrema direita. Aqui, o espetáculo toca uma ferida contemporânea: o fascínio difundido por discursos autoritários que prometem ordem, disciplina e segurança justamente quando o mundo parece escapar das mãos. A cena devolve a esses personagens carimbados um espelho grotesco: suas poses marcadas, sua retórica inflada, sua crença cega na hierarquia e no comando surgem como caricaturas de um poder que, no limite, é tão cego quanto os personagens que pretende controlar. Ao ridicularizar tal performance, a peça desmonta o encanto da autoridade e expõe a infantilização estrutural que sustenta essas figuras — um autoritarismo que não produz ordem, mas humilhação; não oferece segurança, mas violência; não garante estabilidade, mas o aprofundamento do colapso.

O que permanece, então, quando a cegueira nos atravessa? Talvez a resposta esteja menos na restauração do mundo anterior do que naquilo que emerge do escuro. A experiência da montagem sugere que o desmoronamento dos vínculos sociais expõe a nudez do humano e seus impulsos mais contraditórios, mas também abre espaço para a reinvenção ética. Ao ser privado da visão, o indivíduo descobre não apenas o limite da autonomia, mas a necessidade radical do outro. O espetáculo ensina, assim, que a verdadeira percepção não é individual, mas compartilhada e coletiva; que a travessia não se faz sozinho; que o sentido — se ainda é possível encontrá-lo — nasce do encontro entre corpos igualmente vulneráveis.

Em última instância, “(um)Ensaio sobre a cegueira” não nos fala apenas sobre uma sociedade que colapsa, mas sobre o perigo real de nossas próprias formas de cegueira cotidiana: cegueira diante da desigualdade, da violência política, das promessas fáceis do autoritarismo, da fragilidade dos vínculos que sustentam a vida comum. A encenação transforma a pergunta de Saramago em desafio contemporâneo: o que resta de nós quando o mundo perde o caminho? A resposta, insinuada nos momentos mais delicados da peça, talvez seja esta: resta o cuidado, resta o outro, resta a possibilidade — ainda que tênue e hesitante — de reconstruir sentido no escuro.

NARRATIVAS DO ANTROPOCENO

Narrativas do Antropoceno é um *podcast* da Pub voltado ao debate de questões como crítica literária em tempos de crise ambiental e climática, literatura e direito à vida, cultura dos povos indígenas, gênero, raça e meio ambiente, anticolonialismo, direito ambiental, ecocrítica, política cultural, ecologia e socioambientalismo.

Nesta conversa, dialogamos com a professora Zélia Bora, da Universidade Federal da Paraíba, acerca de sua formação acadêmica, da constituição da ecocrítica no Brasil, da relação entre literatura e meio ambiente, do cordel ecológico, das tensões entre centro e periferia e das articulações entre questão ambiental, identidade e racismo.

Para ouvir a íntegra da entrevista, realizada em 23-3-2021, procurar no *streaming Spotify* ou outro de sua preferência o termo *Narrativas do Antropoceno*. Trata-se do episódio #2.

ECOCRÍTICA, IDENTIDADE E LITERATURA DO SUL

Guilherme José Purvin de Figueiredo: Gostaria de começar por sua trajetória acadêmica. Como se deu sua formação em letras e literatura, desde a graduação até sua passagem por universidades estrangeiras?

Zélia Bora: Minha trajetória acadêmica não pode ser separada da minha própria vida. A formação universitária determinou, em grande medida, minha atuação como ativista, como defensora do meio ambiente e dos animais. Essa sensibilidade começou muito cedo. Fui filha única e tive, desde a infância, uma relação intensa com animais. Minha primeira grande amiga foi uma galinha pedrês que eu ganhei ainda pequena. Um dia, porém, ela foi morta e servida à mesa sem que eu compreendesse o que estava acontecendo. Depois perdi também uma gata de que gostava muito. Essas experiências me marcaram profundamente e me tornaram extremamente sensível ao sofrimento e à morte dos animais.

Na juventude, comecei a publicar contos em jornal, incentivada por Jório Machado, então jornalista e depois professor universitário. Parecia natural que eu seguisse um caminho mais diretamente ligado à criação literária. No entanto, ao ingressar na universidade, essa veia criativa foi interrompida. O ambiente acadêmico, com suas exigências teóricas e curriculares, desviou minha energia para o cumprimento do curso. Passei a me dedicar intensamente à formação em Letras, fui muito bem na graduação e logo comecei também a ensinar.

Meu percurso docente começou cedo, primeiro em cursos de inglês, depois em escolas públicas. Em seguida fiz mestrado em literatura anglo-americana, numa época em que havia excelentes professores na área. Mais tarde prestei concurso para a universidade e fui aprovada para a área de literatura inglesa. Acabei ensinando literatura inglesa no sertão da Paraíba, o que já era, em si, uma situação bastante singular.

No doutorado, inicialmente eu iria para a Universidade de Toronto, no Canadá, mas, em razão das circunstâncias profissionais, acabei perdendo essa oportunidade e fui para a Brown University, nos Estados Unidos. Ali, num ambiente interdisciplinar, aprofundei-me em literatura, sociologia, história e filosofia. O que mais me mobilizou naquele momento foi o estudo da alteridade, da identidade nacional e dos sujeitos periféricos através da literatura.

Mas essa investigação era também uma pergunta sobre mim mesma. Eu era uma mulher nordestina, brasileira, negra, vivendo nos Estados Unidos, com filhos pequenos, casada com um homem indiano. Minha tese era, ao mesmo tempo, um estudo acadêmico e uma busca existencial. A partir dali, voltei ao Brasil com uma perspectiva própria e abri uma linha de pesquisa voltada ao estudo da alteridade, formando mestres e doutores nessa área.

Mais tarde, em uma viagem ao Japão, tive contato com pesquisadores que me aproximaram dos estudos de literatura e ambiente. Foi nesse contexto que conheci Scott Slovic, nome fundamental para a constituição desse campo nos Estados Unidos. A partir desse encontro, comecei a pensar mais diretamente a ecocrítica, mas sempre a partir de uma perspectiva latino-americana e brasileira. Nunca me interessou reproduzir modelos

estrangeiros de forma passiva; o que me interessava era construir um discurso próprio, coerente com a nossa história, com os nossos impasses e com os nossos conflitos.

Guilherme: E como você definiria a ecocrítica? Qual seria o papel dessa abordagem nos estudos literários?

Zélia: Eu entendo a ecocrítica como um método de leitura, uma forma de interrogar a literatura a partir da questão ambiental. Não se trata de algo completamente novo; o que é novo é o nome. A preocupação com a natureza, com a destruição ambiental, com a crítica ao progresso e à industrialização já aparece em várias tradições literárias, desde o romantismo inglês até a literatura moderna e contemporânea.

Nos países anglo-saxões, a ecocrítica começou a se consolidar como campo mais claramente nomeado nos anos 1970, em meio a uma atmosfera de protesto político, de contestação da guerra, de luta por direitos civis e de emergência das questões ambientais. Mas, se formos rigorosos, veremos que muitos autores anteriores já formulavam inquietações que hoje chamaríamos de ecológicas.

No Brasil, contudo, não faria sentido simplesmente importar esse campo tal como ele se constituiu na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nossa história da relação entre literatura e meio ambiente é outra. Temos uma formação colonial marcada por devastação, desmatamento, exploração predatória de recursos naturais e violência contra populações indígenas e negras. A ecocrítica brasileira precisa narrar essa história a partir de nossos próprios termos.

Por isso, para mim, a ecocrítica é menos um rótulo fixo do que um instrumento flexível de leitura, capaz de dialogar com o pós-colonialismo, com a desconstrução, com a sociologia da literatura e com outras formas de crítica. O importante é que ela nos permita pensar a literatura em conexão com a crise ambiental, com a desigualdade e com as formas de opressão próprias do Sul Global.

Guilherme: Você mencionou o Sul Global. Em que medida essa perspectiva foi importante para sua formulação da ecocrítica?

Zélia: Foi decisiva. Em determinado momento, percebi que os debates mais fecundos para nós talvez não estivessem apenas nos centros anglo-europeus, mas também em diálogo com a Índia, com a América Latina e com outros espaços periféricos. Há problemas comuns entre sociedades marcadas por colonialismo, desigualdade, extrativismo, devastação ambiental e formas persistentes de exclusão.

Essas semelhanças tornam muito mais produtivo o diálogo entre países do Sul Global do que a mera assimilação de categorias formuladas alhures. Nós não somos reprodutores. Precisamos formular nossas próprias perguntas e construir nossos próprios caminhos teóricos. Isso não significa recusar o diálogo com o exterior; significa, ao contrário, participar dele em posição ativa, sabendo o que os outros dizem, mas também respondendo a partir da nossa experiência histórica.

Ao mesmo tempo, essa perspectiva me fez pensar muito sobre o destino da produção acadêmica. Para quem escrevemos? A quem servem nossos artigos, teses e livros? Há um abismo entre universidade e sociedade, e isso me inquieta profundamente. Sempre me pergunto se o conhecimento que produzimos de fato alcança algo além dos nossos próprios circuitos institucionais.

Guilherme: Em suas pesquisas, o cordel aparece como um campo importante. Você chegou a afirmar que certas questões ambientais contemporâneas se deixam perceber mais

rapidamente no cordel do que na literatura brasileira mais convencional. Poderia comentar isso?

Zélia: Sim. O que me interessou especialmente foi o chamado cordel ecológico. Como eu percebia certa lentidão dos departamentos universitários para incorporar temas ambientais de forma mais orgânica, fui buscar em outras formas de produção literária sinais mais vivos dessa transformação. E encontrei muito material no cordel.

O cordel tem vantagens importantes: é barato, circula com rapidez, alcança escolas, adapta-se bem à internet, comunica-se com públicos mais amplos. Além disso, hoje ele já não está restrito ao formato tradicional do folheto produzido por um autor de formação precária. Há cordelistas com origens muito diversas, inclusive pesquisadores de outras áreas, que utilizam o gênero como instrumento de comunicação e reflexão.

Isso não significa desmerecer a tradição do cordel; ao contrário, mostra sua vitalidade. O cordel mudou, como muda toda literatura. Ele pode carregar elementos conservadores, como tantas vezes ocorreu, mas também pode incorporar novas pautas, novas experiências e novas vozes. Na antologia que organizei, interessava-me justamente perceber como temas ambientais contemporâneos vinham sendo tratados nesse universo.

Sheila Pitombeira: Você vê o cordel como um espaço particularmente fértil no Nordeste para esse tipo de elaboração, sobretudo diante de temas como seca, estiagem, exclusão social, mando e desmando?

Zélia: Sem dúvida. A experiência nordestina é profundamente marcada pela relação com a natureza, sobretudo com a seca, com a escassez, com a dureza do sertão e com as formas históricas de opressão associadas a esse quadro. Isso aparece tanto no cordel quanto em outras manifestações culturais e artísticas.

Mas é importante lembrar que essas formas não são estáticas. Elas mudam com a sociedade. O que chamamos de cultura não pode ser tratado como algo congelado. Muitas vezes se invocam certas práticas violentas como se fossem expressão intocável da cultura nordestina, quando na verdade se trata da defesa de interesses ou da perpetuação de formas brutais de dominação. Cultura muda; e quem não muda com ela acaba aprisionado a um passado que já não se sustenta.

Rui Guimarães Vianna: Você vê alguma proximidade entre o cordel e outras formas populares contemporâneas, como o rap, na capacidade de produzir consciência crítica e transformação social?

Zélia: Vejo, sim. O rap talvez esteja hoje mais diretamente ligado à questão racial, mas tanto ele quanto o cordel compartilham uma força comunicativa importante. Ambos podem alcançar setores amplos da população e tensionar a realidade social. São formas que, por sua rapidez de circulação e por sua linguagem direta, podem ser extremamente eficazes como instrumentos de crítica e mobilização.

Guilherme: A ecocrítica, então, poderia ser pensada menos como um campo fechado e mais como uma forma de militância intelectual em defesa da vida, da biodiversidade e do planeta?

Zélia: Em grande medida, sim. A questão ambiental não pode ser apartada das demais formas de opressão e violência. Por isso, a crítica ambiental precisa dialogar com feminismo, estudos raciais, pós-colonialismo, crítica social e teoria política. No fundo, estamos diante de uma rede de opressões sobrepostas.

Nos Estados Unidos, esses debates tendem a ser mais compartimentalizados. Cada grupo fala a partir de seu lugar específico, e isso produz delimitações mais rígidas. No Brasil, temos mais liberdade para perceber simultaneamente várias formas de violência: contra mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBT, pobres, animais e a natureza. Nossa realidade nos obriga a essa visão mais ampla.

A ecocrítica, portanto, não deve ser um rótulo estreito. Ela é uma perspectiva de leitura e de intervenção. Se servir para nomear uma militância crítica em defesa da vida, tanto melhor. O essencial é que não se perca de vista a dimensão ética e política do problema.

Guilherme: Gostaria de abordar agora a questão do racismo estrutural. Como você percebe as aproximações e as diferenças entre Brasil e Estados Unidos nesse terreno?

Zélia: As histórias são muito diferentes, embora ambas sejam marcadas pela escravidão. Nos Estados Unidos, houve segregação legal, institucionalizada de forma brutal. No Brasil, a lógica foi outra, mas isso não nos torna menos racistas. Racismo é racismo em qualquer parte do mundo.

O problema brasileiro passa muito pela identidade nacional. O país não elaborou adequadamente sua formação histórica e continua a operar por meio de negações, deslocamentos e hierarquias não assumidas. Muita gente insiste em se identificar como branca porque isso assegura posição, prestígio, poder simbólico. Mas essa branquitude é, muitas vezes, instável e dependente do contexto. Em certos países europeus ou nos Estados Unidos, muitos dos que se definem aqui como brancos não seriam reconhecidos dessa maneira.

Essa questão me remete sempre a Frantz Fanon. O racismo não é apenas uma estrutura histórica e econômica; ele produz também efeitos psíquicos devastadores. A opressão pode ser interiorizada de tal forma que o sujeito passa a odiar em si aquilo que vê no outro. Isso ajuda a explicar certos mecanismos de violência reproduzidos dentro das próprias instituições.

Por isso insisto tanto na compaixão. Sei que a palavra pode soar deslocada num ambiente intelectual mais duro, mas para mim ela é central. É preciso compaixão por si, pelos outros, pelos animais, pelos vulneráveis. É preciso reconhecer o outro em sua dor e em sua dignidade. Sem isso, não há transformação real.

Também penso que o Brasil precisa enfrentar de modo mais honesto a presença da herança negra e indígena em sua formação. Enquanto prevalecer o desejo de preservar o status quo por meio da negação, continuaremos reproduzindo as mesmas violências.

Rui: Essa questão da identidade me faz lembrar a cena de *Bacurau* em que dois brasileiros tentam se afirmar como brancos diante dos estrangeiros, mas, para eles, continuam sendo apenas mais dois corpos descartáveis. Isso parece condensar muito bem esse espelho deformado em que tantos de nós ainda se reconhecem.

Zélia: Exatamente. E talvez a consciência disso seja um passo importante. Quando compreendermos melhor quem somos e a posição que ocupamos nos sistemas globais de poder, talvez possamos também ser menos cruéis com os outros, sobretudo com aqueles que estão ainda mais expostos e fragilizados. A pergunta ética permanece: por que humilhar aquele que já está em desvantagem?

Guilherme: Para encerrarmos, gostaria de lhe pedir uma palavra final.

Zélia: Agradeço profundamente esta oportunidade. Foi um prazer participar desta conversa e dialogar sobre temas que me são tão caros. Espero que minha fala possa contribuir

de algum modo para os debates que vocês vêm promovendo. Continuo sempre aberta ao diálogo, à revisão de conceitos, ao aprendizado. Em nome da Associação Brasileira de Estudos de Literatura e Ambiente e das parcerias que temos construído, desejo saúde, paz e continuidade a esse trabalho comum.

DIÁLOGOS COM BULGÁKOV

A obra do escritor ucraniano Mikhail Bulgákov foi objeto de três artigos de associados do IBAP. Em 19 de abril de 2021, Guilherme Purvin discorreu sobre os paralelos entre o romance *O Mestre e Margarida* e *A Relíquia*, de Eça de Queiroz. Em 14 de outubro de 2024, Rui G. Vianna tratou da curiosa conexão entre Bulgákov e Guimarães Rosa pela via da medicina. Em 19 de dezembro de 2024, foi a vez de Márcia Semer nos brindar com uma resenha que aproxima o citado romance de Bulgákov de *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo. Essa convergência revela o interesse despertado pela obra do escritor ucraniano e justifica a publicação conjunta dos três textos, até então dispersos nas páginas do blog da *PUB*.

O DIABO NO MEIO DAS RUAS DE MOSCOU, EM MEIO AO *REDEMUNHO* STALINISTA

Guilherme Purvin ⁵

Patriarchi Prudý é uma praça arborizada de Moscou. Em seu centro há um pequeno lago e, ao seu redor, ladeando o quarteirão formado pelas ruas Malaya Bronnaya, Bolshoy Patriarshiy, Ermolaevskiy e Maliy Patriarshiy, uma aleia sombreada por fileiras de tílias normalmente está repleta de transeuntes. Não, porém, no entardecer desse dia quente e primaveril em que Mikhail Aleksándrovitch Berlioz, presidente do conselho administrativo de uma importante associação literária de Moscou, caminha com o poeta Ivan Nikoláievitch Ponyriov para explicar as razões de sua insatisfação com uma encomenda literária.

Mikhail explica ao poeta que o poema não deveria simplesmente criticar a vida de Jesus Cristo, mas sim ressaltar que o personagem Jesus Cristo nunca existiu e que as histórias a seu respeito não passam de lenda. Nesse mesmo momento, surge à frente dos dois moscovitas um estrangeiro que se interessa pela conversa e, de quebra, anuncia a morte de Berlioz: será decapitado por uma mulher. Não contente com o anúncio bombástico, o estrangeiro completa a profecia com uma informação misteriosa: o azeite já foi derramado.

Enquanto os dois amigos avaliam se o estrangeiro é louco ou vigarista, o desconhecido lhes relata a entrevista que presenciou entre Pôncio Pilatos e Jesus Cristo, podendo, por isso, assegurar-lhes: Jesus existiu de fato. Os amigos se despedem com a convicção de que o sujeito é apenas um louco. Mikhail Aleksándrovitch Berlioz está atrasado para uma reunião na associação literária e corre para a estação de bonde. Quando um vagão chega, porém, ele escorrega numa área onde havia azeite derramado e é decapitado pela roda do bonde conduzido por uma mulher. Pasmado com o que acaba de ocorrer, Ivan Nikoláievitch Ponyriov relaciona os fatos com a fala do estrangeiro supostamente louco e sai desesperadamente à sua caça, com a certeza de que ele é o responsável por aquela morte.

Essas primeiras cenas do romance *O Mestre e Margarida* dão a exata medida do ritmo alucinante imposto desde a primeira página por Mikhail Bulgákov à sua obra-prima. Seu nome era praticamente desconhecido do público brasileiro até o lançamento deste livro. Para nós, pensar em literatura russa do período soviético é, basicamente, pensar em sua decadência e na censura stalinista, que impunha o modelo do “realismo socialista”, responsável por tantos males em um país cuja tradição literária revelou ao mundo nomes como Dostoiévski, Tolstói, Púchkin e tantos outros. Da literatura russa do século XX, muito pouco chegou ao

⁵ Guilherme José Purvin de Figueiredo é graduado em Letras e em Direito pela USP, tendo obtido pela mesma Universidade o grau de Doutor e Mestre. Atualmente é pesquisador em pós-doutorado na área de Geografia e Literatura – Depto. de Geografia da FFLCH USP – e ocupa o cargo de Coordenador Internacional do IBAP e da APRODAB.

público brasileiro. Poderíamos citar a tradução de Ivan Bunin, prêmio Nobel de 1933, nas obras *O amor de Mítia* e *O processo do tenente Ieláguin*, na tradução de Boris Schnaiderman; ou, na tradução de Lígia Junqueira, outro prêmio Nobel, Mikhail Cholókov, e seu romance *O Don silencioso*. Isso sem falar, é claro, do conhecidíssimo *Doutor Jivago*, de Boris Pasternak, proibido na URSS, ou ainda de traduções esparsas de Ilia Ehrenburg ou Isaac Bábel em antologias de contos.

É em razão dessa penumbra que paira sobre as letras russas do período soviético que esse magnífico romance de Mikhail Bulgákov se torna uma recompensadora surpresa para o leitor. A trama é desenvolvida em dois níveis. No primeiro, de cunho fantástico e humor cáustico, passeamos por uma Moscou invadida pelo diabo e sua trupe, formada, entre outros, por um repulsivo gato gigante, que em nada lembra o gato de *Alice no País das Maravilhas*. No segundo, intercalado à trama principal, mas sem nenhuma conexão imediata com ela, é narrada a história dos últimos dias de Jesus Cristo em Jerusalém. Os personagens que dão título ao romance surgirão na segunda — e mais apaixonante — parte da obra, que se transforma numa fantástica saga sobre uma época em que o amor depende de um pacto com o diabo, capaz de transformar amantes em bruxas. Exatamente isto: bruxas com direito a voo em vassoura e tudo mais.

Subvertendo a tradição da literatura fáustica, que vai do *Fausto*, de Goethe, ao *Doutor Fausto*, de Thomas Mann, Bulgákov consegue conciliar o surreal dia a dia dos russos preocupados com questões habitacionais e férias, ou com a adesão a um modo de pensar oficialmente materialista, numa sociedade em que ainda está arraigada uma visão cristã ortodoxa da vida, com uma paradoxal narrativa sobre uma distante — e negada — Jerusalém, onde prevaleceriam a razão e a lógica.

É interessante observar certo paralelismo entre *O Mestre e Margarida* e uma obra considerada menor na produção de Eça de Queirós, *A Relíquia*. Aqui, o fanfarrão Raposo relata seus planos para apoderar-se da herança de sua tia carola, a Titi, empreendendo uma viagem a Jerusalém. Numa inesperada e inexplicável experiência mística, o mulhengo português é transportado no tempo e testemunha os mesmos fatos narrados pelo diabo na obra de Bulgákov. Mais do que testemunhá-los, Raposo consegue trazer para o tempo atual nada menos do que a famosa coroa de espinhos.

Como Bulgákov, Eça também se serve da narrativa histórica para criticar a sociedade de seu tempo. As perspectivas, porém, são diversas, não tanto em razão dos motivos que levam um e outro romancista a se valerem de praticamente o mesmo expediente literário e do mesmo cenário para denunciar as mazelas de suas respectivas sociedades, mas sobretudo porque, em *A Relíquia*, Eça segue a tradição homérica do encantamento sensorial a que se refere Erich Auerbach em *Mimesis*: “descrição modeladora, iluminação uniforme, ligação sem interstícios, locução livre, predominância do primeiro plano, univocidade, limitação quanto ao desenvolvimento histórico e quanto ao humanamente problemático”; ao passo que, em *O Mestre e Margarida*, Bulgákov adota a tradição do Velho Testamento, com “multiplicidade de planos, multivocidade, necessidade de interpretação, pretensão à universalidade histórica, desenvolvimento da apresentação do devir histórico e aprofundamento do problemático” (*Mimesis*, São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 20).

Assim, o espantoso é que, enquanto em Eça o fantástico é a viagem à época de Cristo, e Portugal é o real cruamente pintado com matizes naturalistas, em Bulgákov sucede justamente o contrário: pensar na existência de uma sociedade que migrou de um pré-

capitalismo para uma experiência stalinista é mais inverossímil do que reconstituir e compreender a história de Jerusalém sob o jugo do Império Romano.

LITERATURA E MEDICINA — BULGÁKOV E GUIMARÃES ROSA

Rui G. Vianna ⁶

Há algo de inconciliável entre o exercício da medicina e a paixão pela literatura? Soaria estranho o questionamento, não tivéssemos em mente a merecidamente cultuada figura de João Guimarães Rosa, inicialmente médico formado pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, nos longínquos idos de 1925. Abandonada a medicina, após alguns anos de clínica, abraçou a carreira de diplomata e desenvolveu sua sempre presente paixão pela literatura. Para sorte nossa e do mundo.

Literatura que também raptou da medicina o autor de *O Mestre e Margarida*, o ucraniano Mikhail Bulgákov, que a exerceu por vários anos e de forma altamente meritória, conforme atestam seus biógrafos. O paralelo pode não parecer imediato, mas é desnecessário dizer que tratamos aqui de personagens excepcionais no mundo das letras, a quem devemos obras de inestimável valor.

Em *Anotações de um jovem médico*, coletânea de contos do escritor ucraniano — Editora 34, 2020, 1ª edição, 215 p., tradução de Érika Batista —, mergulhamos no mundo do jovem médico enviado a uma pequena cidade da província, Nikolskóie, distante de Moscou uma eternidade, sem recursos e constantemente submetida às condições inclementes do clima.

Em nota de rodapé, Marietta Tchudakova, presidente da Fundação Bulgákov, relata que “o médico ucraniano E. B. Bukreiev, que se formou com o escritor na universidade, lhe disse numa entrevista que a carreira literária de Bulgákov foi, para seus colegas de classe, ‘uma completa surpresa... Ele não revelava nenhuma aptidão especial...’”. Mas que elas lá estavam, íntegras e latentes, é inegável.

Ao que consta, o personagem central dos vários contos, o doutor Bomgard, é sem dúvida um alter ego de Bulgákov. E seus relatos, ao longo de sete contos e duas novelas curtas, excedem em muito a forma de um simples diário. É inegável a faísca do grande autor já em sua primeira obra, dotada de dramaticidade, humor, riqueza na construção dos personagens e domínio impressionante da trama.

É possível especular acerca do envolvimento pessoal que o exercício da medicina cobra dos profissionais comprometidos com sua missão e o quanto isso ajudaria na criação de personagens e no desenvolvimento de narrativas. Isso se vê nas *Primeiras histórias*, de Guimarães Rosa, como, num breve exemplo, no conto *Famigerado*, em que o personagem central procura o doutor para que ele explique o sentido da palavra “famigerado”. A construção narrativa, a descrição dos personagens e a tensão contida no texto são feitas com

⁶ Rui Guimarães Vianna é advogado aposentado, associado do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública — IBAP, integrando atualmente seu Conselho Fiscal. Editor responsável pelo blog da Revista PUB.

maestria e concisão, mergulhando o leitor de cabeça na estória, com suspense e humor. Magistral e inesquecível.

Bulgákov realiza, em suas *Anotações*, o exercício da medicina na forma literária, fina, às vezes crua e cruel, relatando vicissitudes e angústias do jovem isolado do convívio do grande centro, além da dura realidade das pequenas comunidades em que serve.

Mas excede em muito a simples narrativa de fatos. Seus personagens trazem o trágico do povo, a alegria e as contradições da sociedade russa. E a novela *Morfina* descreve, corajosamente, o envolvimento que o próprio autor enfrentou com a morfina, algo considerado usual entre membros da classe médica, mas não menos trágico e assustador. Uma descrição sem filtros de uma relação destruidora, que termina de forma desastrosa.

Assim como as coincidências vistas entre esses dois personagens magníficos da literatura mundial, é ainda digna de nota a profunda identificação de ambos com os regionalismos. Guimarães Rosa é, sem dúvida, um criador inimitável do regionalismo das Gerais, tanto na linguagem quanto em seus personagens, na elaboração de neologismos que encontram pouco paralelo na literatura comparada do resto do mundo.

Bulgákov foi, nesse mesmo sentido, um profundo compositor da alma russa, traduzindo suas delicadas nuances e contradições, além de narrador privilegiado das mudanças sociais produzidas na sociedade pela Revolução de 1917 e pela Primeira Grande Guerra. Foi mestre inegável em um cenário literário repleto de grandes escritores. Um dado biográfico interessante sobre ele é que serviu durante o conflito mundial como médico voluntário.

Talvez por isso mesmo, o autor tenha enfrentado severa censura na Rússia comunista. *Anotações de um jovem médico* e os contos que a compõem foram publicados na imprensa russa na década de 1920, mas só vieram a ser reunidos em livro na década de 1960, após a morte de Stalin, quando o autor foi reintroduzido no panteão da literatura russa.

A FORÇA DA HISTÓRIA NO REALISMO MÁGICO

Márcia Semer⁷

A arte sempre promove o conhecimento ou o reconhecimento de uma forma que outros saberes nem sempre são capazes de tocar com a mesma intensidade ou profundidade.

Como expressão artística, a literatura é um instrumento fantástico, que nos transporta pra outros mundos, pra outros tempos e para mundos e tempos irrealizáveis em que o insólito faz todo sentido.

O realismo mágico situa-se exatamente neste terreno, de uma corrente literária que navega nessas águas insólitas, a fim de nos mostrar, com tintas marcantes, a força da história.

Quando falamos em realismo mágico ou fantástico via de regra Gabriel Garcia Marques e seu Cem Anos de Solidão nos vem à cabeça. A lembrança de Gabo e dessa obra maestra da literatura latina é uma referência natural, pertinente, mas que não esgota o conjunto de obras do gênero, algumas delas produzidas antes mesmo de Garcia Marques pensar em escrever Cien Años de Soledad.

Recentemente tive a felicidade de ler duas obras-primas dessa vertente literária, obras de referência da literatura mundial que por meio do realismo fantástico nos apresentam verdadeiras análises sociológicas e antropológicas de suas respectivas sociedades, ademais da crítica política.

Nossa primeira parada será sobre a obra de Juan Rulfo, escritor mexicano, autor de Pedro Páramo, seu único romance.

Pedro Páramo é em livro enxuto, de menos de 200 páginas que, no entanto, te descortina a sociedade mexicana contemporânea à Revolução Mexicana de 1911, com sua elite dominante extrativista que, antes também do célebre “El Gatopardo”, revela o “modus operandi” dessa mesma elite para, em havendo alguma mudança nos ventos políticos do país, as coisas permanecerem como sempre estiveram.

Escrito entre 1953 e 1954, a obra foi publicada em 1955 e narra a viagem de Juan Preciado à cidade de Comala para, como prometera à mãe morta, conhecer seu pai, o rico latifundiário Pedro Páramo.

Pedro Páramo é uma obra maiúscula. Apresenta-nos, pela magia de vozes sobrepostas de personagens vivos e mortos que interagem durante toda narrativa, o transcorrer da história mexicana do começo do século XX, o modo de vida dominante na época, o clima da região, a vegetação, a economia rural centrada na criação de gado e na plantação, a condição das mulheres, a influência da igreja, o início e desenvolver da Revolução Mexicana, e a onipresença de Pedro Páramo como fiel de tudo e de todos.

⁷ Márcia Maria Barreta Fernandes Semer é advogada, mestre e doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Foi procuradora do Estado de São Paulo, atuando nas áreas contenciosa e consultiva, e presidiu a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo — APESP. Integra o Conselho Consultivo do IBAP.

Não é livro que se esgota em uma única leitura. Eu li duas vezes seguidas, munida de caneta na mão na segunda tentativa, exitosa, diga-se.

Pedro Páramo é em tudo precursor. Sua cidade fictícia é Comala, conduz a história a partir do núcleo familiar de Pedro Páramo, e o trânsito entre vivos e mortos é a magia aplicada à descrição da realidade. Impossível ler e não ter a certeza de que Garcia Marques bebeu dessa fonte ao projetar Macondo e contar a saga dos Buendía. Gabo, aliás, era admirador declarado de Juan Rulfo e falava com gosto sobre isso.

Juan Rulfo, autor desse único romance, e outros contos, é o escritor mexicano mais cultuado mundo afora. E com inequívoca razão.

A próxima incursão na literatura de realismo fantástico também tem sítio na primeira metade do século XX, mas bem longe das paragens latinas, da língua hispânica e do clima caliente. É na água caudalosa da literatura russa que o mergulho em Mikhail Bulgakov nos arremessa de cara sobre o desconcertante *O Mestre e Margarida*, um romance denúncia, mas que vai muito além disso, acerca da liberdade de expressão (ou, mais precisamente, de sua falta) durante o período stalinista.

Considerado *O Fausto* da literatura russa, *O Mestre e Margarida* é dramático, engraçado, irônico, sarcástico, alegórico, hiperbólico. O núcleo condutor do romance tem centro nos escritores e artistas, muitos cooptados ou calados pelo regime, a depender de sua adesão.

O elemento perturbador da cena é o Diabo, Woland, mesmo nome dado por Goethe ao Satanás em *Fausto*. Woland e seus assessores, esse núcleo maligno (será?), todos personagens exóticos, mas sagazes, começam seus serviços cortando, em um acidente de bonde, a cabeça do editor literário Berlioz, que encomendara ao poeta Bezdomy um poema antirreligioso. Insatisfeito com o resultado da encomenda, Berlioz, na cena de abertura do romance, explica ao poeta que o objetivo do trabalho não é dizer que Jesus é mal, mas que ele não existe, razão por que o poema deve ser refeito. Nesse momento entra em cena Woland que ao descrever antecipadamente a morte de Berlioz, que aconteceria minutos depois, desconcerta Bezdomy, dando início ao enredo mirabolante, que tem na crítica um contundente elemento de realidade.

A sociedade de escritores, o restaurante em Moscou onde apenas seus associados comiam refeições baratas e com produtos a que as pessoas comuns não tinham acesso, os apartamentos compartilhados por famílias diferentes, o teatro de variedades, a proibição de porte moeda estrangeira. Muitas são as referências na obra de lugares e acontecimentos que de fato existiram como descritos naquela quadra da vida russa e que dão contexto histórico para que o alegórico faça todo sentido.

Em *O Mestre e Margarida*, Pilatos e a morte de Jesus compõem alguns capítulos, magníficos, diga-se, da alegoria, sendo Pilatos uma referência, a meu sentir benevolente, a despeito de caricata, de Stalin, em sua consciência, e culpa excruciante, da maldade praticada contra inocentes.

Deus e o diabo, como não podia deixar de ser, em cena curta e pontual, decidem o destino dos amantes Mestre (o escritor) e Margarida (a leitora apaixonada). Mas aí melhor deixar o desfecho da trama pra depois, e não tirar o prazer de quem resolver incursionar pela obra.

Em *Pedro Páramo* e em *O Mestre e Margarida* a alegoria é instrumento de apresentação da realidade, de reflexão sobre a sociedade e de crítica política.

O realismo fantástico traz para o romance um conteúdo histórico, que a partir da fantasia, da ironia, do humor até, mas também do drama, tudo junto e misturado, se apresenta sob um olhar questionador, que nada tem de panfletário.

Lendo esses dois livros recentemente, redescobri que sou fã do gênero. E recomendo vivamente.

- Rulfo, Juan. *Pedro Páramo*, Rio de Janeiro, 2021, 5ª. edição, Editora José Olympio.
- Bulgakov, Mikhail. *O Mestre e Margarida*. São Paulo, 2023, 2ª. edição, 3ª. reimpressão, Editora 34.

EXPEDIENTE

PUB - Uma publicação do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública — IBAP

A revista **PUB** é publicação eletrônica de caráter interdisciplinar, voltada às interfaces entre direito, literatura, cultura, história, democracia, direitos humanos, ecologia e vida pública.

V. 3, n. 1 — jan./dez. 2025 — Ano III

ISSN 3085-900X

www.revista-pub.org

Trabalharam para a realização deste projeto editorial:

Guilherme José Purvin de Figueiredo (apresentação, composição gráfica, entrevistas, transcrições)

Rui Guimarães Vianna (editor do blog e responsável pela seleção de republicações. Nesta edição participou da entrevista com Zélia Bora e da revisão gráfica).

Ana Lúcia Câmara (colaborou na revisão e na administração do IBAP).

Sheila C. Pitombeira (nesta edição participou da entrevista com Zélia Bora)

Aloísio Van Acker (colaborou com a arte visual do artigo *Inglórios Gerais*)